

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O PROJETO DE VILAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SERRA
DO MEL, NAS DÉCADAS DE 1970:**

o "antes" e o "depois" do Projeto, na visão dos colonos assentados.

KELLE MARIA PEREIRA RAMOS DANTAS

Natal/RN

2006

KELLE MARIA PEREIRA RAMOS DANTAS

**O PROJETO DE VILAS RURAIS NO MUNICÍPIO DA SERRA DO MEL, NAS
DÉCADAS DE 1970:**

o "antes" e o "depois" do Projeto, na visão dos colonos assentados.

Monografia apresentada ao Curso de História
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharel em História, sob a orientação
da Professora Maria da Conceição Fraga.

Natal (RN) - 2006

Dedico este trabalho ao meu pai,
o homem que me ensinou a amar
a música, os livros e o trabalho.
Que apesar de ter estudado pouco,
lê desde a Bíblia até Karl Marx.

Agradecimentos

Agradeço a **Ana Paula** e **Jannaína**, um grande achado no ano de 2002. Mais que amigas, irmãs de coração, com as quais posso contar a qualquer momento e que podem contar comigo pro que der e vier;

A **Joselise Cortez** que me incentivou na inscrição de reingresso no curso de História e sempre me atendeu com paciência no setor de graduação do CCHLA;

A **Marcos Lima**, pai de Ana Paula, que me levou à biblioteca da EMATER e facilitou o acesso a trabalhos que me foram bem valiosos;

A **Jorginho**, funcionário por muitos anos do Núcleo de História, que com seu bom humor e paciência muito auxiliou os alunos do curso;

A **Wilsom** (cuca) que me deu carona até a Serra do Mel e me mostrou que uma viagem longa pode se tornar bastante divertida, parando em cada cidade para tomar uma cerveja gelada, com um bom tira-gosto;

Ao professor "**coquinho**", professor de RN I e RN II, que de forma indireta, me incentivou na escolha do tema;

A "**tia Aurinete**", a professora mais doce e paciente que eu tive o prazer de conhecer;

A **Wicliffe**, professor de Teoria da História, que me fez ter certeza de não querer ser um "piruá";

A **Valma e Euzébio** que muito generosamente abriram as portas de sua residência e me hospedaram de forma muito carinhosa;

A **Maria da Conceição Fraga**, minha orientadora, que me fez acreditar que o meu trabalho era possível, e que nos momentos de insegurança, falou o que precisava ser dito;

A todos que, de forma direta ou indireta, me incentivaram a realizar este trabalho e especialmente a todos que, como eu, amam História e fazem o curso por prazer;

A **Kátia** que acreditou que mesmo com a vida tão agitada e ocupada, eu

conseguiria fazer a monografia;

A Marta, Magno, Zé Raimundo, Anderson, Lú, Rildélia e Berô, que acompanharam a maratona final deste trabalho;

A minha família, constituída de pessoas essenciais em minha vida;

Por fim, agradeço a **DEUS**, ser supremo, fonte primária de todas as coisas, presente de forma incondicional na minha vida. Que com sua generosidade infinita, permitiu que esse trabalho fosse realizado, apesar de todos os percalços.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS (DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS) NO RN, NOS ANOS 70.....	11
1.1 – A luta pela terra no Brasil.....	11
1.2 - A luta pela terra no Rio Grande do Norte.....	15
1.3 - O que foi o governo Cortez Pereira.....	19
CAPÍTULO 2 – A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE VILAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL	22
2.1 - O que foi o Projeto Serra do Mel	22
2.2 - Quais as medidas tomadas pelo Estado, a partir da implantação Projeto	24
2.3 - Quais as mudanças <u>mais</u> significativas ocorreram.....	27
CAPÍTULO 3 – A REPERCUSSÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO, NA VISÃO DOS COLONOS ASSENTADOS	32
3.1 – Como era Serra do Mel antes e depois, na visão dos colonos Assentados	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
BIBLIOGRAFIA	44
ANEXOS	46

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas antes e depois do Projeto de Vilas Rurais no município de Serra do Mel, nas décadas de 1970, na visão dos colonos assentados. Um projeto de colonização para produção e beneficiamento de caju que foi implantado no governo de Cortez Pereira (1971 -1974).

O governador tinha como objetivo implantar o Projeto durante seu governo e por isso as obras e a colonização das cinco primeiras vilas (Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) foram aceleradas. Utilizando para isso um grande número de máquinas, equipamentos e mais de 10.000 operários que trabalharam dia e noite para a realização da obra.

Na década de 1970, o governo criou a Companhia de Implementação de Projetos Agrários do Rio Grande do Norte (CIMPARN), um órgão institucional responsável pela gestão e principal e principal instrumento de ação governamental para implantar e finalizar o Projeto Serra do Mel. Mais tarde, este órgão foi substituído pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário(CIDA), vinculada à Secretaria de Agricultura.

A escolha do tema se deu porque, o Projeto Serra do Mel foi uma iniciativa do governo estadual, que objetivava a melhoria da qualidade de vida do homem do campo, evitando com isso o êxodo rural que aumentava a massa de desempregados das cidades. Apesar do ^{de} governo Cortez, ter por base das políticas de desenvolvimento para o Estado do Rio Grande do Norte cinco pólos regionais, o Projeto em questão, foi um dos poucos que ele conseguiu realizar, teve grande repercussão, devido a sua grandiosidade, típica das obras dos anos setenta, e modificou efetivamente a vida dos colonos que habitaram as vilas. 7 X

Outro aspecto importante é que, entender a intervenção estatal na agricultura, nos anos 70, pode nos ajudar a compreender a política agrária nacional do período. Até o momento, as Ciências Sociais tiveram uma preocupação maior em estudar o tema e o reflexo disso, são diversas obras sobre o mesmo, o que me levou a buscar preencher lacunas existentes na história.

Quanto ao recorte temporal, deverá ser de 1972, quando da

assinatura do decreto 5.866 de criação do projeto, a 1974, quando Cortez Pereira terminou o seu mandato e os estímulos e as ajudas governamentais, imprescindíveis à continuidade do Projeto, foram reduzidas. Pois seu sucessor, o governador Tarcísio Maia, adotando uma característica política do período, não teve interesse em continuar obras de gestões anteriores.

Quanto ao recorte espacial, nos restringimos a Vila Rio Grande do Norte, Pernambuco e Brasília, devido a proximidade das mesmas, a localização da residência dos meus familiares e as dimensões do Projeto, pois a extensão geográfica tornaria a investigação inviável. Também o fato de ter familiares que trabalham com produção e beneficiamento de caju na Serra do Mel, me facilitará o acesso às Vilas, para aplicação das entrevistas com colonos que vivenciaram a implantação do projeto e, me darão subsídios para identificação das mudanças ocorridas, na visão dos colonos. X

Dentre os trabalhos disponíveis sobre o tema, o trabalho monográfico, escrito em 2003, por Lillyan Pereira de Lima, **"Serra do Mel, um projeto de "vidas". o impacto da colonização planejada da Serra do Mel no cotidiano das famílias assentadas"**. Que trata basicamente da chegada dos colonos à Serra do Mel e a adaptação dos mesmos a uma "nova realidade". Já a tese de mestrado de Paulo Roberto da Silva Palhano, escrita em 1995, intitulada **"Novo momento na luta pela terra: quando o patrão sai de cena"**, pensa o tema se atendo às práticas dos Movimentos Sociais no Campo com a afirmação que estamos vivendo um novo momento de luta pela terra: quando o patrão sai de cena. X

Utilizaremos como fonte principal do nosso trabalho, as entrevistas orais realizadas com os colonos assentados. Utilizamos como critério foi que os mesmos deveriam ter chegado ao Projeto antes ou durante sua implantação, e que os mesmos concordassem em nos dar a entrevista, ao mesmo tempo, que, a cedessem oficialmente. A cessão de direitos amedrontou alguns colonos, e por isso, apesar de ter conversado informalmente com vários, efetivamente só foram quatro entrevistas. Mas, para a autora Severina Garcia de Araújo, além das entrevistas, os acontecimentos informais são muito importantes, pois **"as conversas com o gravador desligado, o bate-papo dos trabalhadores nas mercearias e alguns episódios inesperados presenciados fora dos momentos da entrevistas, revelam o não-dito ao pesquisador"**. As entrevistas foram realizadas com os seguintes colonos: Manoel Nazareno de Oliveira, Pedro X

Adelino Pinheiro, Plácido dos Santos e José Félix da Silva. Todos amigos dos meus familiares, que por trabalham com produção e beneficiamento de castanha de caju, e que por isso, confiaram em fornecer as mesmas.

Para nos guiar no desenvolvimento e nas análises do que foi colhido nas entrevistas, nas perspectivas e posicionamentos da história oral, contamos com "**usos e abusos da história oral**", de Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado que entendem a história oral como metodologia que remete a uma dimensão teórica. Para elas a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórico-metodológica estão interligadas e o objeto histórico é o resultado de uma elaboração: "**em resumo, que a história é sempre construção**". Ainda segundo as autoras, "**a história oral apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho, servindo de ponte entre teoria e prática. Na área teórica, formula as perguntas, porém não as responde**".

As respostas e explicações devem ser buscadas na teoria da história. No livro "**História e memória**", Jaques Le Goff cita o conceito de história de Paul Veyne "**a história interessa-se por acontecimentos individualizados dos quais nenhum é a inútil repetição do outro, mas não é a sua individualidade enquanto tal que a interessa: ela procura compreendê-los, isto é, reencontrar neles uma espécie de generalidade ou mais precisamente de especificidade**". Quanto à memória Le Goff entende como "**um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje**".

Quanto à questão teórico-metodológica, optei por trabalhar com Ciro Flamarion Cardoso, marxista, que se destacou, nos deixando em seu legado uma tentativa de entender a história brasileira como uma totalidade e não por práticas puramente econômicas. Suas obras constituíram-se em importantes vertentes da historiografia econômico-social e tem como pano de fundo, processos complexos, e os impasses gerados pela urbanização acelerada e o crescimento industrial, fenômenos estes que remetiam a estruturas agrárias arcaicas, forte desigualdade na distribuição de riqueza, etc. A obra escolhida foi: "**Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**", organizada por ele e Ronaldo Vainfas.

Foi em: "**Assentamentos rurais: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política**", de Severina Garcia de Araújo que buscamos

encontrar elementos para definir o que vem a ser um assentamento, com suas particularidades e singularidades.

Além das entrevistas, as pesquisas em Instituições, como o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER), a Biblioteca Zila Mamede, buscaremos informações em levantamentos, coletânea de livros, monografias que me fornecerão dados relativos ao Projeto Serra do Mel para ter uma maior compreensão sobre o mesmo.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, **"A trajetória das políticas fundiárias (de distribuição de terra) no Rio Grande do Norte, nos anos 70"**, Buscamos resgatar a trajetória de lutas por terras no Brasil, no Rio Grande do Norte e apresentar quem foi José Cortez Pereira de Araújo.

No segundo capítulo, **"A implantação do Projeto de Vilas Rurais no município de Serra do Mel"**, procuramos tratar basicamente da implantação do Projeto, iniciando por mostrar o que foi o Projeto Serra do Mel, quais as medidas tomadas pelo Estado a ir da implantação do mesmo e quais as mudanças mais significativas que ocorreram.

Já no terceiro capítulo, **"A repercussão da implantação do Projeto Serra do Mel, na visão dos colonos"**, procuramos mostrar como era Serra do Mel antes e depois do Projeto, para tentar apreender as mudanças ocorridas nas vidas dos colonos e quais foram as mais significativas.

Finalmente, após concluir o terceiro capítulo, partimos para as considerações finais onde fizemos nossas conclusões sobre o tema escolhido para a monografia.

CAPÍTULO 1 - A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS (DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRA) NO RIO GRANDE DO NORTE, NOS ANOS 70.

"A mais cruel das escravidões está em ser privado da terra, porque o escravo que tem um dono, é escravo de uma só pessoa, mas o homem privado do direito a terra é o escravo de todo mundo".

L. Tolstoi

1.1 A luta por terra no Brasil:

Na luta pela terra no Brasil destacamos algumas fases referentes à ocupação, posse e resistência da terra. Regimes jurídicos marcaram a propriedade de terra e beneficiaram a concentração da terra e do poder: primeiro foi o **Escambo** (1500 a 1530), marcado por ações do início da colonização e que teve como principal produto a madeira do pau-brasil; em segundo, as **Sesmarias** (1530 a 1822), período em que Portugal instituiu as capitânicas hereditárias, onde o donatário de cada área obedecia a regras estabelecidas pela Coroa portuguesa; o terceiro foi o das **Posses** (1822 a 1850), com o objetivo de dar a concessão da posse da terra aos colonos para exploração; o quarto foi o da **Lei de Terra** (1850 a 1917), instituída pela Lei nº. 601, de setembro de 1850, que buscava disciplinar o uso da terra e a legalização da posse; o quinto com a República foi instituído a partir de 1919, o **Código Civil** que impôs judicialmente a maneira de regularizar e legalizar o domínio de terras devolutas; o sexto foi à fase da **Constituição Federal** (1946), que tratou do uso e direito de propriedade; o sétimo, a **Emenda Constitucional nº. 10** (1964), que incorporou à constituição em vigor que, desapropriações por interesses sociais seriam pagas através de títulos da dívida pública, em parcelas fixas e anuais; o oitavo, a fase do **Estatuto da Terra** (1964),

vigor ?

que instituiu o programa de colonização sem diferenciar o latifúndio e empresa rural; e em nono, a fase da **Constituição de 1988**, que não mexeu na propriedade privada e por isso não atendeu aos anseios dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito à Reforma Agrária. PALHANO (1995).

O Regime Jurídico da Terra beneficiou geralmente quem o elaborava, ao mesmo tempo, que promovia a exclusão social das famílias camponesas, ou seja, além de não conseguir tornar viável a desapropriação de terras, criou mais condições para a concentração da propriedade. Segundo Palhano: ***"Percebemos que, ao longo da formação histórica do Brasil, foram sendo instituídas leis relacionadas com a posse e uso da propriedade da terra, as quais comumente são denominadas de Regime Jurídico da Terra. Este se constituiu em componente central na forma de organização da estrutura agrária, sendo um dos mecanismos de legitimação do poder da classe dominante, especialmente articulado via Estado, contrário aos interesses das milhares de famílias de trabalhadores rurais"***. (1995, p.49).

No Brasil percebe-se a existência de lutas por terras com objetivos políticos e econômicos definidos, sobretudo a partir de meados da década de 1940. Para Palhano: ***"A partir do final do século XIX, percebe-se a existência de lutas, que, segundo o estudioso dos movimentos sociais no campo, Antônio da Silva Câmara, é possuidor de um caráter político difuso, como é o caso da Revolta de Canudos (1893-1897), de Contestado, ocorrido no Paraná (1912-1916) e o Movimento do Cangaço, que situa-se basicamente no princípio do século XX até 1930. Porém aqueles que têm objetivos políticos e econômicos definidos datam, sobretudo dos meados da década de quarenta"***. (1995, p 49).

O Estado atenuou as forças políticas oriundas do campo, dividindo os movimentos sociais, fazendo a separação entre a questão trabalhista e a questão agrária. Para Martins: ***"Quando os conflitos no campo se desenvolveram intensamente, entre 1946 e 1964, indo desde a liberação de territórios e a formação de governos populares (como aconteceu em Trombas-GO e no Sudoeste do Paraná) até a formação das Ligas Camponesas e a reivindicação da reforma agrária radical, o Estado encontrou caminhos que uma vez mais atenuaram a força política que nascia do campo. E o fez concretamente com o apoio de grupos progressistas presos nas malhas dos compromissos estabelecidos pelo liberalismo oligárquico. Dividiu os***

movimentos sociais no campo, separando a questão trabalhista da questão agrária. Através do estatuto do Trabalhador Rural, estendeu os direitos trabalhistas ao campo e enfraqueceu a luta pela reforma agrária. Abriu espaços para a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais, que concretamente concorreriam com as Ligas camponesas e as esvaziariam, como aconteceu". (1998, p. 82).

Diversos grupos deram apoio aos militares para enfrentar as lutas do campo, que se acentuaram a partir do período de 1946 a 1964: "**Para construir a base política do enfrentamento ditatorial às lutas populares no campo e na cidade, que haviam crescido enormemente entre 1946 e 1964, os militares receberam o apoio das classes médias, da burguesia, dos grupos multinacionais. E, também, dos grandes proprietários de terra. Esse é o aspecto significativo da ditadura**". MARTINS (1988, p.86). Os grandes proprietários de terra viram seus poderes político ameaçado pelos conflitos surgidos no campo e pela luta por uma reforma agrária radical. Martins enfatiza: "**O crescimento das lutas no campo, nesse período, atingiu diretamente à clientela eleitoral dos grandes proprietários, enfraqueceu-os politicamente e começou a ameaçar o próprio direito de propriedade com o avanço da luta pela reforma agrária radical. A legislação do trabalho rural foi à concessão menor para evitar o crescimento da luta pela terra**". (1988, p. 87).

A partir de 1961, as Ligas Camponesas se expandiram para 10 estados e teve grande influência tanto na organização, quanto na mobilização do trabalhador rural. As ligas que inicialmente lutavam pela eliminação do foro (aluguel anual de terra pago aos arrendatários) e do cambão (dias de trabalho cedidos aos proprietários, em troca do direito à utilização de pequenas parcelas de terras dentro das fazendas), passam a lutar pela Reforma Agrária, assumindo a bandeira dos posseiros e outros desposados. X

Em 1963, surgem novas disputas e o resultado destas foi que as Ligas foram reorganizadas e passaram a se chamar Ligas Camponesas do Brasil. Ainda em julho de 1963, os sindicatos unidos pela Igreja Católica e União dos Trabalhadores Agrícolas Rurais do Rio Grande do Norte (ULTAB) criam a Confederação dos trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Devido às divergências com essas alas do movimento, as Ligas Camponesas não estiveram presentes. "**É relevante ressaltar que nesse processo histórico a CONTAG teve sua primeira diretoria exonerada pela ditadura militar em 1964, e**

recebem como interventores do Governo uma Junta Governativa composta por elementos da ala conservadora da Igreja". PALHANO (1995, p.59). Segundo Martins, "A ditadura militar foi drástica com a luta pela terra, reprimiu, prendeu, torturou, matou, fechou os olhos para os assassinatos políticos praticados pelos próprios proprietários de terra". (1988, p. 94).

Em 1965 foi eleita uma diretoria para a CONTAG, que a dirigiu até 1965 e que para evitar repressões ao movimento sindical tentou não entrar em atrito com o governo militar: *"A diretoria eleita para a CONTAG em 1965 permaneceu até 1967. Na sua forma de agir procurou sempre não hostilizar o governo militar, na intenção de minorar a repressão ao movimento sindical, atuação essa que se poderia sintetizar pelas expressões 'colocar panos quentes' e 'apagar incêndios'". SILVA (2001, p.84). Diz ainda o autor que:" Em 1968, essa postura modifica-se com a vitória da oposição, passando a CONTAG a empreender um esforço contínuo para expressar e defender efetivamente os interesses dos trabalhadores rurais ". (2001, p. 84).*

No ano de 1968, a CONTAG passa por vários desafios, apesar de ter à frente interventor, teria que agir como sindicato em nível nacional, como a maioria dos sindicatos. Além do mais, vivia-se o terror imposto pela Ditadura Militar e o movimento estava desarticulado. A CONTAG viu como solução a valorização do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural. O grande mérito da CONTAG foi de conseguir manter acesa a luta dos trabalhadores rurais brasileiros, a bandeira da reforma agrária esteve sempre defraudada. Sabendo avançar quando o momento político do Brasil permitia, e recuar em momentos de crise. Para Silva, *"há um saldo positivo ao nível das 'contradições externas' da CONTAG, ou seja, na defesa dos trabalhadores rurais contra o Estado, personificado num governo autoritário que representa os interesses dos grandes proprietários rurais e do grande capital. Mas é no nível das 'contradições internas', isto é no choque de interesses dos vários grupos de trabalhadores nela representados, que se coloca hoje uma 'nova questão' para a organização do sindicalismo rural brasileiro". (2001, p. 87)*

Na década de 1970, as lutas se davam pela resistência às expropriações e violências para que os camponeses saíssem das terras de "herança", "sem donos" e "sem documentos", e é a partir daí, que a ação da Igreja e dos sindicatos segue uma nova direção, tentando dar conta dos conflitos de terra que surgiam. Ressalta Palhano: *"A partir da década de 70, há um redirecionamento*

na ação sindical, bem como na prática da Igreja, no sentido de dar conta da emergência dos conflitos sociais que eclodiam no campo, especialmente caracterizados como conflitos de terra". (1995, p.62). Conflitos estes que, inicialmente eclodiam no Nordeste, ligados a questões de moradia, arrendamento, do foro e depois disputas por posse e permanência na terra, passam a se estender por todos os Estados da federação.

Esse período de grandes mobilizações por que passa a história brasileira antecede o período de autoritarismo e também aconteceram noutros países: **"Em 1970, dos 83 países ditos do Terceiro Mundo, 43 países estavam submetidos a regimes militares. Em 1974, de 20 países latino-americanos, 13 eram governados por militares. Já em 1980, dois terços da população da América Latina viviam em países de regimes militares ou sob domínio militar". (GERMANO 1993 apud PALHANO, 1995, p. 61).**

1.2 - A luta pela terra no Rio Grande do Norte:

Diversos autores estudaram os conflitos de terra no Nordeste e mais especificamente no Rio Grande do Norte, onde a luta pela terra que acontece na década de 1960, tem como objetivo os direitos sociais dos camponeses dentro das fazendas, eles lutavam por roçado, moradia, carteira assinada e pagamento de benfeitorias. A intervenção do Estado, nestes conflitos, defendia os interesses dos grandes latifundiários e do capital; e o poder dos mesmos é tão forte que, ao invés de uma reforma agrária ampla efetiva, o que foi feito foi medidas por parte do governo federal, que mantiveram o monopólio fundiário. **"Há vários estudos que resgatam a história dos segmentos sociais de trabalhadores nas suas relações com a terra e com os proprietários fundiários, como um processo tenso que, em diferentes momentos, tem obrigado à intervenção do Estado". ARAÚJO (2005, p. 35).** A autora fala ainda que, nos inúmeros conflitos, acontecidos na década de 1960, entre fazendeiros e seus moradores e foreiros, especialmente antes do golpe de 1964, o que chama atenção é o grau de violência e a expulsão de trabalhadores que em alguns casos apenas se filiaram ao sindicato. (2005, p. 43).

O cenário norte-riograndense, entre 1960 e 1964, é tomado pela organização e mobilização dos sindicatos que denunciam as arbitrariedades e reivindicam direitos nas relações de trabalho no campo, desnudando conflitos

latentes e/ou fazendo nascer com força outros tantos: **"A emergência do sindicato como um canal de expressão daqueles contingentes de trabalhadores, representa a possibilidade real de poder quebrar as correntes de 'lealdade e sujeição' que os prendiam historicamente ao patrão nas fazendas"**. ARAÚJO (2005, p. 43).

A partir da década de 1960, os movimentos sociais no campo ganham mais mobilidade devido às ações da Igreja e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que ao sindicalizar os camponeses, incorporam inicialmente a luta dos trabalhadores do campo para permanecerem no campo e por seus direitos sociais e logo depois direcionam o sindicato na luta por questões da Previdência Social e Legislação Trabalhista. Para Palhano: **"No Rio Grande do Norte podemos observar que várias ações eram desenvolvidas conjuntamente por elementos da igreja e do PCB. Essas atuações deram-se de forma conjunta, especialmente antes do Golpe Militar. Não se tratavam de ações previamente definidas por essas instituições, mas por elementos dessas duas instituições que se articulavam e desenvolviam essas ações conjuntas, objetivando intermediar conflitos de terras, lutas pelos direitos para fundar sindicatos, proferir palestras, etc."**. (1995, p.59). Ainda segundo Palhano: **"Destaca-se nesse processo de interação da Igreja com a luta pela terra, uma série de pronunciamentos, que enfatizam a necessidade do regime jurídico da terra contemplar os despossuídos; que clamam por mecanismos que coíbam o êxodo, a violência no campo, reclamando assim por melhores condições de vida às famílias de trabalhadores rurais. Essa postura da Igreja é somada as reivindicações estratégicas, e tem como principal exigência a Reforma Agrária"**. (1995, p.69).

Em 1962, a Igreja Católica começa a disputar com as Ligas Camponesas e os sindicatos criados pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Rurais do Rio Grande do Norte (ULTAB), de tendência marxista, em busca da adesão de camponeses à sindicalização rural. Neste sentido, Palhano destaca: **"Essa disputa da hegemonia da Igreja com as ligas Camponesas nas áreas de conflito não foi uma questão exclusiva que aconteceu no rio Grande do Norte, também se visualizou em outros Estados do Nordeste. A atuação da Igreja, que se inicia na década de 50 com preocupações sobre as estruturas injustas, toma vulto na década de 60, com ênfase na organização dos trabalhadores"**. (1995, p. 56).

O Rio Grande do Norte não difere quanto à ocupação de terra e a constituição do estatuto da propriedade da mesma do restante do país: ***"trata-se de processo tenso e conflituoso no qual o Estado privilegia a grande propriedade e seus detentores, ignorando, quase sempre, a existência dos vastos segmentos de trabalhadores que sobrevivem historicamente do trabalho na terra"***. ARAÚJO (2005, p. 37). Ainda segundo a autora: ***"No Rio Grande do Norte, num balanço recente (FETARN, 1998) registra a existência de 208 conflitos de terra no período de 1960 a 1998, descortinando um cenário marcado por todo tipo de violência: ameaças de morte, despejos policiais, prisões, espancamentos, fome, frio, insegurança, usurpação e/ou negação de direitos das diferentes categorias de trabalhadores do campo"***. (2005, p. 38).

O que a grande maioria dos trabalhadores brasileiros reivindica é uma reforma agrária como estratégia para acabar com o monopólio de terra e para poderem um dia ser donos dos frutos do seu trabalho: ***"A reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; e sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo às formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. Em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento de mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras"***. Silva (2001, p. 92).

Para as famílias de trabalhadores que lutam por uma terra, a obtenção da mesma representa a conquista da liberdade. A esse respeito Palhano enfatiza: ***"A busca por terra é também por liberdade, por igualdade, em que vão sendo conquistadas a cidadania e a ampliação do poder dos trabalhadores. Aponta para a significação da diminuição da exclusão social e política de muitos, do combate à miserabilidade no campo e na cidade. Representa a procura por viver dignamente numa terra. Isto pode indicar parâmetros para um novo regime democrático"***. (1995, p. 258). Para Martins, ***"o cotidiano dos pobres está sendo reinventado. A luta por terra é um dos instrumentos dessa reinvenção, que rompe velhas relações de dominação, que questiona um direito de propriedade iníquo, que demole pactos e alianças políticas"***

convencionados sem a participação de todos os interessados". (1988, p. 11).

A questão nordestina só ganha mais destaque na primeira década do século XX, quando foi institucionalizada e sistematizada uma política a nível federal de combate às secas. Na década de 1960 para tratar dessa questão, as políticas públicas alcançaram um novo patamar com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo Bursztyn: **"É com a criação da SUDENE e, mais especificamente, com a aprovação do seu primeiro Plano Diretor, em 1961, que o Estado começa a agir mais sistematicamente, de forma planejada, no Nordeste. As condições que determinam a criação da SUDENE são muito complexas. Podemos destacar, ao nível local, o caráter inoperante do IAA e do DNOCS, assim como os movimentos sociais, terreno em que se destacam as Ligas Camponesas. Por outro lado, a nível nacional, a sedimentação da hegemonia econômica do Centro-Sul industrializado 'exigia' a inserção econômica do espaço social nordestino. E tal integração deveria, em tese, passar por cima do cadáver das oligarquias locais do Nordeste". (1985, p. 23).** Ainda sobre a criação da SUDENE: **"Sua função principal era a de 'evitar o choque frontal', ou seja, frear os movimentos populares e, ao mesmo tempo, integrar - de forma subordinada - a estrutura econômico-social do Nordeste à nova divisão do trabalho, comandada pela burguesia industrial nacionalmente instalado no Centro-Sul". (OLIVEIRA, 1977 apud BURSZTYN, 1985, p. 25).**

A partir dos anos setenta, chegaram ao Brasil, as idéias do Discurso do Desenvolvimento Rural Integrado, que propunham medidas com o objetivo de melhorar as condições sócio-econômicas das populações empobrecidas das áreas rurais brasileiras. Para Lima, **"As idéias contidas no discurso do Desenvolvimento Rural Integrado foram rapidamente incorporadas ao ideário político tanto do governo federal como de governos estaduais, por compatibilizar-se de maneira singular com a 'modernização conservadora' adequando-se, destarte, quase que perfeitamente aos direcionamentos e metas propostos por aquela. Assim, o discurso proposto pelas idéias do desenvolvimento rural integrado 'invade' tanto o ambiente político, quanto as discussões acadêmico-científicas voltadas para os problemas (e soluções) sócio-econômicos brasileiros do período em questão". (2003, p. 8).**

A consolidação de novas idéias de modernização e desenvolvimento, surgidas na década de 1970, que dominavam o discurso político econômico e

administrativo nacional, tendo a agricultura como elemento de suma importância que precisava de intervenção estatal. Ficava claro para o governo militar que a expansão industrial era afetada por problemas no setor agrícola nacional. O excessivo êxodo rural, a baixa produtividade de gêneros alimentícios, as tensões sociais e conflitos no campo, causadas pelo empobrecimento de áreas rurais careciam de iniciativas direcionadas a essas regiões. LIMA (2003).

1.3 - O que foi o governo Cortez Pereira:

De acordo com o Ato Institucional-3 (AI3), tem início em 1970, o período dos governadores indicados pelo governo federal. No Rio Grande do Norte, José Cortez Pereira de Araújo, foi indicado como o primeiro governador biônico do Estado, inaugurando a nova fase. O nome de Cortez foi escolhido para governar o Estado, pelo governo central, após ter sua vida política analisada e graças as suas convicções políticas de centro e em fase posterior, devido ao apoio do senador Dinarte de Medeiros Mariz. Cortez Pereira, natural de Currais Novos, advogado e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), iniciou sua vida política como deputado e ocupou uma cadeira no Senado. Foi empossado perante a Assembléia Estadual, em 15 de março de 1971, quando Brasil vivia a época do "**Milagre Brasileiro**". Cortez via a colonização planejada como solução para os problemas que afetavam o país, o Nordeste e mais especificamente o seu Estado: ***"Os projetos de colonização que foram formulados partem, tenho dito e repito, da SUPERACÃO TEÓRICA das causas de insucesso da colonização brasileira. Esses projetos foram montados com uma perspectiva política bem definida e uma orientação técnica racional capazes de, integrando-se ao esforço global, induzir e conduzir o desenvolvimento"***. ARAÚJO (1983, p. 241).

Cortez considerava a intervenção estatal no setor agrícola, como algo que garantiria o alcance das metas almejadas de desenvolvimento: ***"O governo Cortez, por sua vez - que, (sic!), como muitos governantes de seu tempo, entendia o setor agrícola como um ponto de necessária intervenção estatal para a garantia do sucesso das metas desenvolvimentistas almejadas pelo país - tem no Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel o maior exemplo de sua visão de governo, em perfeita 'sintonia' com a então realidade nacional. Se os problemas estavam no setor agrícola, tinham que***

ser resolvidos neste". LIMA (2003, p.15).

Preocupado com o futuro, Cortez Pereira procurou fazer um governo anti-convencional, pois não concordava que o Rio Grande do Norte continuasse submetido à condição de produtor de matérias primas, vulnerável à seca e com a miséria dominando a população. Para Cortez, **"O que falta não é dinheiro, são idéias. fala-se em terra seca do Nordeste, mentira. Seca, seca mesmo é a inteligência dos que governam o Nordeste"**. (1983, p. 246). Buscando mudar essa realidade, desenvolveu projetos sócio-econômicos que objetivavam a implantação de cinco pólos regionais de desenvolvimento: Chapada do Apodi, com 105.000 ha; Serra do Mel, com 62.000 ha.; Mato Grande, com 89.000 ha., Boqueirão (Touros), com 10.000 ha.; e Canguaretama, com 30.000 ha. Esses pólos faziam parte do projeto agrícola do governo e seriam as bases políticas de desenvolvimento para o Estado do Rio Grande do Norte: **"Duas decisões tornaram o meu governo, não direi melhor, porém diferente dos outros. A primeira, foi a decisão política de participar diretamente do processo de produção de riquezas (Serra do Mel, Boqueirão, Projeto Seda, Café, Camarão, como exemplos) para solucionar o problema do desemprego, através da criação permanente de empregos produtivos. A outra, foi a execução de uma política de desenvolvimento integrado, com sincronia de ações, formando um sistema onde vários projetos se inter-potencializam. Para que se entenda melhor, imaginem uma grande roda em que os dentes (Projetos) empurram e são empurrados na propulsão do conjunto"**. (Ibid., p. 271).

Dos cinco pólos, só Boqueirão (produção e beneficiamento de coco) e Serra do Mel (produção e beneficiamento de castanha de caju), foram implantados durante seu mandato: **"Esses cinco pólos de desenvolvimento agroindustrial compreenderiam uma área de 296.000 ha., que, assim, representariam mais de 15% das terras agricultadas no estado. Seriam oferecidos cerca de 130.000 empregos, isto é tanto quanto o Rio grande do Norte necessitava em dez anos. (...) o então poderoso Ministro da Fazenda [Delfim Neto] apoiou o plano, até com certo entusiasmo, oferecendo recursos para 'tocar' a obra. Foi aí que eu afirmei necessitar de muito dinheiro para outros projetos. Para aqueles cinco, dos quais dois pretendia implantar no meu período - Serra do Mel e Boqueirão - já tinham sido assegurados os recursos suficientes."** (ARAÚJO, 1983 apud LIMA, 2003, p. 10).

Para Cortez Pereira de Araújo, esses projetos iriam criar renda permanente para o povo e reduzir o acelerado êxodo rural para os grandes centros, em especial para Natal: "***Terminamos implantando grandes projetos com recursos totalmente de fora, entrando o Rio Grande do Norte com a idéia, a cara e a coragem***". (1983, p. 247). "***Projetos como esses do meu governo têm dois méritos fundamentais: 1º investir, mesmo sem poupança e 2.º, atrair recursos de fora, permitindo investimentos sem sacrifício, isto é, criou-se uma contabilidade em que só existe crédito...***" (ibid., p. 261).

Os Projetos precisavam convencer, serem grandiosos proporcionalmente ao tamanho do atraso que se propõem vencer, para conseguirem atrair recursos externos para serem realizados: "***Não é possível pensar em acabar com uma miséria, que tem a dimensão de milhares de quilômetros, fazendo investimentos em fundos de quintal... Só projetos que contenham a força para desequilibrar a realidade e, ao mesmo tempo, a característica de multiplicar o número dos seus beneficiados, só projetos assim, tornar-se-ão alavancas capazes de resolver a miséria***". (ARAÚJO, 1983, p. 248)

Na década de 1970 o governo criou a Companhia de Implementação de Projetos Agrários do Rio Grande do Norte (CIMPARN), um órgão institucional responsável pela gestão e principal instrumento de ação governamental para implantar e finalizar o Projeto Serra do Mel. Mais tarde, este órgão foi substituído pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário (CIDA) vinculada à secretaria de Agricultura. Para Lima, "***Nos anos setenta, com as finalidades bem específicas do momento, é criada -' com o objetivo direto de colaborar com a política de desenvolvimento econômico e social do governo' (PACHECO, 1986, p. 17) - a CIMPARN (Companhia de Implementação de Projetos Agrários do Rio Grande do Norte)***". (2003, p. 12).

A colonização planejada, portanto, foi o alicerce da política agrícola norte-rio-grandense e reflete a política agrária estadual e nacional do período, em consonância com a realidade mundial, no sentido da intervenção no setor agrícola com o objetivo de contornar problemas sociais. Segundo Lima: "***O Projeto Serra do Mel insere-se como o mais característico exemplo da realidade das políticas públicas agrícolas do estado***". (2003, p. 11). "Diz ainda à autora que: Ele (O Projeto) insere-se em toda uma cadeia de iniciativas, mecanismos e aparelhos estatais, já citados anteriormente, que se propunha a intervir no setor agrícola, visando objetivos determinados". (2003, p. 11).

CAPÍTULO 2 - A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE VILAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL.

"O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida. Nasce do martírio secular da Terra".

Euclides da Cunha.

2.1 - O que foi o Projeto Serra do Mel:

Com o objetivo de implantar o Projeto de Colonização da Serra do Mel durante seu governo, Cortez Pereira, acelerou as obras e a colonização das cinco primeiras vilas (Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul), utilizando para isso, um grande número de máquinas, equipamentos e mais de 10.000 operários que trabalharam dia e noite para realização do Projeto: ***"Na fase inicial cheguei a ficar nervoso. Ora, tinha se iniciado uma verdadeira operação de guerra com mais de 10.000 pessoas trabalhando só na Serra do Mel (chegou-se a oferecer depois 15.000 empregos); eram 28 tratores de esteira e 200 de pneus com um consumo diário de 8.500 litros de óleo. Como se vê, não é possível faltar dinheiro depois de iniciado um trabalho com tal dimensão. Faltando dinheiro, por uma semana, é o suficiente para todo esse mundão desabar, obstruir todo o caminho, sepultar plano, projetos, tudo..."*** ARAÚJO (1983, p.247).

A prática demonstrou que o tempo para a execução de toda a programação que foi estabelecida, na teoria, era bastante exíguo. Por isso, o desenvolvimento do Projeto de assentamento, conforme o preconizado, só aconteceu nas cinco primeiras vilas, nas quais foram assentadas as primeiras 220 (duzentas e vinte) famílias. ***"A concepção original do projeto preconizava o assentamento de trabalhadores à medida que fosse sendo concluída a***

implantação das vilas, cujo cronograma total estava estipulado em 18 meses". (INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE, s.d.).

O Projeto durou 16 anos, de 1972, quando o governador Cortez Pereira assinou o Decreto nº 5. 866 criando o Projeto de Colonização da Serra do Mel e do Carmo, a 1988, quando a Lei nº. 803, de 13 de maio do mesmo ano, concedeu autonomia política a Serra do Mel, que teve suas terras desmembradas dos municípios de Açú, Areia Branca, Carnaubais e Mossoró, tornando-se município do Rio Grande do Norte.

' O Projeto de colonização Serra do Mel, para produção e beneficiamento de caju, implantado no governo Cortez Pereira, tinha em termos de dimensões geográficas proporções bem amplas: A área prevista localizava-se entre as Serras do Mel e do Carmo e abrangia 60.000 ha. em terras dos municípios de Areia Branca, Carnaubais, Açú e Mossoró e previa a construção de 22 vilas rurais, mais uma vila administrativa que ocupavam uma área de 61.450 ha.: "O Projeto Serra do mel foi dividido em vinte e duas Vilas Rurais e uma Vila Urbana (Central), constantes de 1.196 lotes agrícolas no espaço original do projeto de Colonização. Cada lote tem 50 hectares, sendo 1.174 com 250m de largura por 2.000 metros de comprimento e apenas 22 (aqueles que estão situados ao lado da área habitacional de cada vila), com a mesma área, mas com 500m de largura e 1.000m de comprimento. Os lotes agrícolas foram projetados para dispor de: 15 ha. de cajueiros permanentes; 10 ha. para culturas temporárias; e 25 ha. em mata nativa". (INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2001).

As vilas rurais teriam em média 64 residências, um armazém de produção, um galpão de máquinas, um posto de saúde, um depósito para água e uma escola, em uma área com 26.000 m² reservados para usos diversos. Segundo Lima: ***"Toda essa estrutura visava garantir a subsistência das famílias assentadas. Fazem parte dessa estrutura, além do lote para o cultivo de caju e a casa, que serviria de moradia para os colonos e suas famílias, elementos acessórios como espaços reservados - área de 30x100m - para hortas domésticas e para criação de pequenos animais. Estes espaços não se configurariam no meio único para a subsistência dos colonos e de suas famílias, mas nos primeiros momentos (quando aqueles ainda não poderiam***

contar com as safras de caju para compor suas rendas) seria um paliativo satisfatório, e posteriormente, mesmo podendo contar com o cultivo de caju como forma de renda, seriam as pequenas culturas previstas um meio para garantir alimentos básicos (sem a necessidade de comprá-los) - como o feijão, milho, legumes e etc. - à subsistência dos colonos e de suas famílias". (2003, p. 14).

Além do lote para produção agrícola, o colono receberia uma casa, em construção de alvenaria, como forma de garantir a subsistência das famílias assentadas: *"sala, dois quartos, e cozinha, em construção de alvenaria. As instalações sanitárias, fundamentais para a saúde e o bem-estar dos moradores, foram deslocadas para fora do corpo da habitação, de modo a que duas unidades utilizem a mesma fossa séptica e sumidouro".* Projeto (p. 124). Para Lima, o Projeto visava: *"promover a melhoria na qualidade de vida do homem do campo através de recursos fornecidos pelas próprias potencialidades da realidade rural. Era, portanto, a busca da resolução dos problemas dos colonos da Serra do Mel dentro de suas próprias vilas, por que não dentro de seus próprios lotes ou casas".* (2003, p. 14).

2.2 - Quais as medidas tomadas pelo Estado a partir da implantação do Projeto:

Inicialmente, o público alvo do Projeto seria a mão-de-obra salineira desempregada, provocada pela mecanização do setor e que apresentavam problemas de tensões sociais: *"A mecanização da colheita e do embarque do sal acarretou uma redução de aproximadamente 80% do total dos trabalhadores, o que veio a constituir também uma das justificativas para o Projeto Serra do Mel, na medida em que se apresentava como uma possibilidade de absorção parcial destes trabalhadores".* (INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE, s.d.). A prática se mostrou diferente do que foi objetivado: *"Porém, em pesquisa recente, Souza (1991) identificou que apenas 5% dos colonos de Serra do Mel são ex-operários das salinas".* ARAÚJO (2005, p. 53).

O esquema de comercialização dos lotes era o seguinte: O Banco do Brasil emprestou a CIMPARN - responsável pelo Projeto - que o implantou tal qual foi concebido e depois de pronto, os lotes foram vendidos aos novos proprietários,

que emitiram títulos que foram levados ao Banco, a crédito da CIMPARN, como forma de transferir o financiamento para os colonos: **"Terminado o Projeto, selecionados os colonos entre os próprios operários que participaram da sua implantação, eram feitas as vendas dos lotes. A linha de crédito era a fundiária (vinte anos para pagar, juros de 7% ao ano). Em favor da CIMPARN - Companhia de Implantação de Projetos Agrícolas, os novos proprietários emitiriam títulos e estes títulos seriam levados ao Banco do Brasil a crédito da CIMPARN. Deste modo a dívida contraída para implantação do projeto pela Empresa de Colonização do Rio Grande do Norte era transferida (a parte financiada) para os colonos, na medida em que os lotes fossem vendidos. Assim, a CIMPARN, readquiria capacidade para financiamento de outro projeto, até completar a implantação de todo programa das cinco agroindústrias-rurais".** ARAÚJO (1983, p. 251).

As atividades de assentamento foram bem diferentes do que se previa no Projeto, pois só uma parte dos trabalhadores que foram originalmente selecionados foi assentada, duas vilas foram invadidas por outros trabalhadores e até por filhos de colonos que não passaram por processo de seleção e também uma vila foi destinada para o assentamento de agrônomos desempregados, vindos da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM).

Os grupos que foram beneficiados foram, em grande parte, trabalhadores rurais sem terra que ajudaram na construção do Projeto, geralmente mão-de-obra itinerante: **"Quando cheguei aqui no Projeto pra arrancar toco, aí tinha oportunidade de alistar pra ganhar o lote (...) quem tinha família maior, tinha mais ponto. Como tinha 15 filho foi mais fácil (...) aí fui premiado com 01 lote na Vila Rio Grande do Sul".** (Plácido dos Santos, servidor público, ex-colono da Serra do mel / Vila Brasília). **"Quando cheguei, em 14 de outubro de 1972; depois de saber que ia ser construído as vila (...) vim pra CIMPARN, Serra do Mel era só mato, tudo deserto. Vim pra trabalhar no desmatamento, Depois teve um sorteio, que foi feito inscrição na CIDA, que era responsável pela colonização. Aí fui sorteado na Vila Pernambuco".** (Manoel Nazareno de Oliveira, colono da Serra do Mel/ Vila Pernambuco). **"Cheguei com 14 anos, aí casei com uma pessoa nascida na região. Quando o Projeto começou me inscrevi e fui sorteado com um lote na Vila Paraíba. Ganhava dinheiro pra comprar mais lote, mas tinha medo porque diziam que cada um só podia ter um lote".** (José Félix da Silva, comerciante e ex-colono da Serra do Mel / Vila

(2)

Brasília).

Como o Projeto ocupava tão grande extensão geográfica, seria necessário um grande número de colonos, vindos de toda parte do Estado. As notícias sobre a colonização se espalharam rapidamente, e por isso, foram atraídos, centenas de trabalhadores rurais sem terra e curiosos em busca de uma vida melhor e mais digna. Para Lima, **"As notícias sobre a colonização se espalharam rapidamente, produzindo assim uma enxurrada de centenas de sonhadores e curiosos em direção a Serra do Mel. Estes homens iam em busca de uma vida melhor, vida esta que as terras 'prometidas' em Serra do Mel poderiam garantir, já que como homens do campo - que cresceram tendo a terra como referencial de sustento e proteção - uma terra própria representava a certeza digna de pão e moradia"**. (2003, p. 19).

Para os idealizadores, Serra do Mel era visto como um projeto ousado e inovador, uma solução para o setor agrícola local nordestino e até nacional: **"A implantação do conjunto de programas componentes do projeto de Vilas Rurais visa a demonstrar a viabilidade da inversão do sentido dessa causação, em que a conjunção de fatores seja cumulativa na direção da promoção do desenvolvimento social e econômico da população"**. (PROJETO, p. 5); **"Os desafios que reiteradamente se apresentam de como superar os fatores de atraso encontra agora condições de ser enfrentado pela possibilidade de integrar, num mesmo projeto, a ação promotora dos órgãos federais encarregados da educação, saúde, habitação e dos programas de incentivo à organização e elevação de produtividade agrícola"**. (ibid., p. 5).

Em contrapartida, para os colonos, o Projeto era visto como a realização do sonho de ter terra própria e para outros, como única alternativa para uma vida incerta: **"Onde morava antes, em Cerro Corá, tinha casa, mas não tinha terra (...) as coisa era mais difícil (...) num tinha nem hospital, nem posto de saúde"**. (José Félix da Silva, comerciante, ex-colono da Serra do Mel/ Vila Brasília). (2)

Impulsionados pelos mais diversos motivos e de forma bastante acelerada, os colonos chegavam em grande número ao projeto: **"Chegavam numa velocidade vertiginosa dando vida ao Projeto, tornando Serra do Mel uma realidade. Realidade esta, que aos poucos foi se mostrando bastante diferente do que havia sido previsto no papel - tanto para idealizadores como**

para os colonos de Serra do mel". LIMA (2003, p. 21). "As promessas do governo estadual potiguar 'corriam' todo o estado e de 'boca-em-boca'. A cada momento se tornavam mais numerosos e mais atraentes alimentando a esperança de muitos de acesso à: terra, trabalho e casa e, porque não dizer, à concretização de sonhos por longos anos acalentados". (ibid., p. 22). "Embarcar no 'caminhão do governo', com destino único a tão sonhada 'terra própria' portanto, significava 'abrir mão' do passado, ter muita força para superar as dificuldades do presente e confiança para alcançar o próspero futuro prometido". (ibid., p. 22).

Segundo Lima, ao serem inseridos pelo governo do Estado, para no Projeto, construir seu 'novo lar' os colonos depararam "*com condições naturais de sobrevivência bastante limitadas (apesar de ser uma vasta extensão de terras com inúmeras espécies animais disponíveis para a caça não dispunha de água, para as mais elementares necessidades de consumo e, apresentava um excessivo isolamento geográfico em relação a outras concentrações populacionais)*". (2003, p. 22). Desde o período do desmatamento da área onde ia ser implantado o Projeto a água foi um grande problema enfrentado pelos colonos: "*Era peão de trecho (...) arrancava toco na região (...) quando abriu Serra do Mel, vim arrancar toco na Vila Paraná em 1972. Antes do Projeto era só mato deserto. Nós bebíamos água quente e andava 10, 15 km pra pegar um cabaço de água aqui na Serra do Mel quando chegou pra arrancar toco*". (José Félix da Silva, comerciante, ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília).

2.3 - Quais as mudanças mais significativas ocorreram:

Os colonos assentados enfrentaram uma série de problemas que se relacionavam, entre outros, com a adaptação às novas atividades e de como fazer para sobreviver uma população pobre no período vegetativo do cajueiro, além do mais, a mudança administrativa que ocorreu no início de 1975, provocou a suspensão das atividades de assentamento e de implantação da infra-estrutura necessária, especialmente quanto à energia elétrica e o abastecimento de água: "*A grande maioria dos recursos passou a ser destinada aos tratos culturais do cajueiro implantado, à manutenção da área desmatada e destinada as demais culturas, bem como a conservação das edificações existentes e não utilizadas*". (INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

DO RIO GRANDE DO NORTE, s.d.). Esse problema continuou até o ano de 1976, quando foi formalmente concretizada a inclusão do projeto Serra do Mel no Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), um programa criado através do Decreto Federal nº. 74.794 de 30 de outubro de 1974, de âmbito regional.

Com o término do mandato de Cortez Pereira, em 1974, os estímulos e assistência governamentais, necessários à continuidade do Projeto, são reduzidos de forma radical por seu sucessor Tarcísio Maia: *"As vozes que se levantam para explicar o que está acontecendo com a Serra do Mel, fora do Movimento Sindical, principalmente as vozes inspiradas na interpretação do criador do projeto, o ex-governador Cortez Pereira, fazem culpados a descontinuidade das administrações e, principalmente, a má vontade do governador Tarcísio Maia, que sucedeu Cortez Pereira"*. (SOUZA, 1991 apud LIMA, 2003, p. 26).

Para Lima, durante sua existência, o Projeto passa por várias fases bem distintas entre si: *"Contudo, os seus primeiros anos, para olhares mais atentos, constituem um período singular por comportar, como já citado anteriormente, o momento de maior fidelidade ao plano original, uma vez que a condução do Projeto durante esse período esteve sob o comando de seus idealizadores"*. (2003, p. 24).

Cortez fala com certa esperança frustrada nos seus Projetos que não foram continuados: *"Se não tivesse sido interrompido pela descontinuidade governamental do Estado, estaríamos hoje com os cinco projetos em pleno trabalho e o Rio Grande do Norte sem maiores problemas de desemprego rural, além da produção imensa que estaria sendo ofertada"*. (1983, p. 252). Com emoção, fala ainda sobre seus projetos: *"Todos os projetos tocaram-me muito, por representar instantes diversos de um só esforço para construir um futuro diferente da amarga e cruel realidade que faz sofrer o Rio Grande do Norte"*. (ibid., p. 266).

No momento que os colonos são assentados, as políticas públicas tornam-se essenciais para que o assentamento se desenvolva, para que o mesmo se torne viável. Para Araújo: *"A realidade dos assentamentos tem revelado, que o grande e difícil trajeto empreendido até a conquista da terra, representa apenas uma parte da longa travessia na história dos trabalhadores assentados. A luta maior começa após a conquista jurídica da terra"*. (2005, p. 202). Para os colonos assentados, o início foi bem difícil: *"Como*

era funcionário da CIMPARN, tinha direito a uma casa. Me ofereceram também um lote, mas a maioria do povo de algumas vilas foi embora porque a situação era muito ruim no início. Depois foi que melhorou". (Pedro Adelino Pinheiro, tratorista e colono da Serra do Mel / Vila Rio Grande do Norte). Diz ainda Araújo: "É inegável que o assentamento representa uma importante conquista na trajetória de luta desses trabalhadores (...) Contudo, a existência de um projeto de governo com políticas e recursos intermitentes e insuficientes que não assegura o desenvolvimento auto-sustentável dos assentamentos, constitui um dos problemas centrais". (2005, p. 206).

Para os colonos entrevistados, os políticos que sucederam Cortez não fizeram muito pela Serra do Mel: *"Dos políticos que passaram, Doutor Cortez fez muita coisa. Só o Projeto foi muito pra quem não tinha nada. Ele teve uma boa intenção. Mas os outros que veio depois, não queriam nada".* (Plácido dos Santos, servidor público, ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília). *"Desda que a cidade é cidade, só vem piorando. Na Serra do Mel nunca entrou um administrador de verdade".* (José Félix da Silva, comerciante e ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília). *"Eu achava melhor sem político aqui (...) porque se faltava alguma coisa, os colono fazia abaixo assinado e acabava recebendo o que tava faltando. Depois que ficou pra resolver na própria Serra com os político daqui, num é fácil conseguir nada. Não vejo político de futuro aqui. Aqui precisa de água, mas os político não tem interesse e agente fica sem água".* (Pedro Adelino Pinheiro, tratorista e colono da Serra do Mel / Vila Rio Grande do Norte).

Outro problema observado, com a continuidade do Projeto, foi a desfiguração e desvirtuamento do mesmo, por parte de latifundiários e empresas que adquiriram lotes com o objetivo de irem para a Serra do mel e ampliarem seus domínios, entrando em concorrência direta com a cooperativa local, enfraquecendo-a. Tais acontecimentos foram alvos de denúncias em jornais da capital: *"O Bispo de Mossoró, D. José Frelie^u, deverá encampar a denuncia contra o desvirtuamento do Projeto da Serra do Mel, onde mais de 250 lotes de colonos estão sendo comprados por empresas e latifundiários, deturpando integralmente a idéia original. Ele tem um levantamento completo da situação, que lhe foi apresentada pelo Sindicato da Lavoura e pela Associação de Produtores Rurais da Serra do Mel".* CÂMARA (28.08.1988). *"Depois de 15 anos, o Projeto de Vilas Rurais está vivendo a*

sua fase decisiva. Uma decisão que não incide apenas sobre o Projeto em si, mas que poderá comprometer o próprio modelo de colonização. O Projeto começa a ser desfigurado por uma 'invasão' capitalista, praticada por latifundiários e até empresas, que estão comprando os lotes dos colonos, onde o governo investiu grandes somas, desde a compra da terra, desmatamento, plantio de uma cultura permanente, e a instalação de toda a infra-estrutura. Isso vem se tornando cada vez mais distante o sonho de criação de uma classe média rural. O colono selecionado em vez de tirar da terra o seu sustento, mesmo estimulado por uma cultura permanente já fundada (que garante o sustento tranqüilo só com a venda de castanhas de caju) está preferindo vender sua gleba, botar o dinheiro na poupança e viver de rendas na cidade. Hoje são mais de 250 lotes que foram transacionados desta maneira, e alguns dos compradores estão chegando na Serra do Mel, dispostos a ampliarem os seus domínios e concorrerem com a cooperativa, montando unidades industriais, que terminam por enfraquecer o todo". (ibid., 23.09.1988).

Diante de todo o sofrimento por que tem passado o trabalhador rural nordestino, ao longo de tantos anos, as dificuldades surgidas ao chegar para serem assentados na Serra do Mel, tornam-se insignificantes. *"Na época que fui premiado com um lote, tudo era muito difícil. A falta de água era grande (...) era muita dificuldade. Quando a Serra foi colonizada o povo vivia na dependência do governo, mas agente superava tudo que era problema. Pior era antes quando não tinha terra própria, tinha que trabalhar na terra dos outro".* (Plácido dos Santos, servidor público e ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília). Para eles o mais importante naquele momento é a conquista da terra. Quanto a essa questão, Araújo destaca: *"Certamente, o processo de expropriação a que foram submetidas várias gerações de trabalhadores nordestinos e/ou a precariedade de sua inserção nas relações de trabalho, moradia e demais condições de reprodução, cansados de perambular, conquistar o direito a um pedaço de terra pode parecer como uma grande conquista".* (2005, p. 153).

Para os colonos da Serra do Mel, a terra tem um forte significado simbólico em suas vidas: simboliza vida, dignidade para si e para os seus, liberdade, etc. Sobre o assunto, diz ainda a autora que: *"A terra para eles tem o significado do trabalho que permite vida, liberdade, fim de um sofrimento,*

que não é apenas o seu sofrimento, mas o de seus pais, avós, antepassados; uma memória que parece simbolizar toda uma classe formada por diferentes categorias que tem em comum o sentimento de ser excluída ou de ser estrangeira em seu próprio país". (2005, p. 127).

CAPÍTULO 3 - A REPERCUSSÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SERRA DO MEL NA VISÃO DOS COLONOS.

"Atribui-se à história a função de julgar o passado e instruir o presente para ser útil no futuro; a minha tentativa não pretende ter tão gigantescas funções, mas apenas mostrar como as coisas foram realmente".

Ranke

3.1 - Como era Serra do Mel antes e depois do Projeto na visão dos colonos:

Ao chegarem ao Projeto Serra do Mel, novas regras são elaboradas e as famílias de trabalhadores rurais que foram assentadas sabem que a "nova vida" não vai ser fácil. Para Palhano, ***"ao conseguirem chegar numa terra sem padrão, onde as regras do jogo são reelaboradas, sobretudo conforme seus interesses, as famílias de trabalhadores rurais possuem a consciência de que novos desafios deverão ser enfrentados"***. (1995, p. 22).

Além de deixarem para trás parentes, amigos, enfim, sua vida anterior, vão passar a conviver diretamente com pessoas que lhe são totalmente estranhas e cada qual delas com um passado diferente. Como nos fala Araújo, ***"A heterogeneidade chama a atenção para os desafios e complicadores a mais a serem enfrentados pelo processo de organização dos assentados"***. (2005, p. 95). Diz também a autora: ***"A história do assentamento, não é uma história isolada e sem passado. As diferentes categorias de trabalhadores mobilizados trouxeram na bagagem um leque de experiências anteriores"***. (2005, p. 92).

Apesar dos problemas iniciais serem bastante complicados, o encanto e atração que trouxe os trabalhadores rurais à Serra do Mel não desapareceram, pois os colonos optaram por enfrentar os problemas surgidos, ao invés de, desistir

e voltarem para seus lugares de origem. ***“Dessa maneira, a adaptação à nova realidade imposta pelo Projeto configurava-se em uma iminente necessidade, e desistir desse, era uma atitude bem pouco vantajosa para a maioria dos colonos assentados”.*** (LIMA, 2003, P. 29).

Para se adaptar a nova realidade, após “romper” com seu passado, os colonos sentem a necessidade de criar vínculos e se acostumar com suas novas aquisições, quais sejam: casa, trabalho e um novo convívio social. Torna-se necessário construir uma “vida nova” e essa construção faz parte de um longo e complexo processo. Para Lima, esse processo ***“é marcado pelo signo do receio e do deslumbramento, suscitados pela ‘nova realidade’”.*** (2003, p. 22).

Sobre essa construção, nos fala ainda Lima: ***“Para os colonos a construção dessa ‘nova vida’ no Projeto passava a se configurar em um processo que ‘naturalmente’, ao longo do seu transcorrer, tendia a revelar aspectos ‘positivos’ e ‘negativos’ que diariamente tinham que ser enfrentados, e caso fosse necessário, superados pelos colonos da Serra do mel”.*** (2003, p. 28).

Para grande maioria dos colonos, o Projeto se apresentava como única alternativa para uma vida incerta e para alguns representava uma melhoria na qualidade de vida bem significativa. Para esses, adaptar-se a essa nova realidade, era uma questão de necessidade. Por tudo isso, desistir não oferecia nenhuma vantagem. Melhor ficar e lutar contra as adversidades. Segundo Palhano: ***“A interação dos sujeitos e atores configura-se a partir da caminhada à vivência de ação do ‘nós’ capaz de fazer acontecer ‘o dividir’ das necessidades, brotar ‘lideranças’, ‘unir-se’ para enfrentar as dificuldades, buscar ‘ajudas’ dos diferentes mediadores, entrançar ‘laços de amizade’, cujas ‘diferenças podem fluir, inclusive possibilitando ‘interação’, ‘confiança’, ‘agregação’, ampliando e concretizando ‘desejos e esperanças’, articulando ‘sonhos e realidades’ dos ‘cotidianos de crianças, jovens, mulheres e homens do campo’”.*** (1995, p. 246).

Ao vivenciar o Projeto, dentro dessa realidade apresentada, os sentimentos dos colonos são mesclados de gratidão e da necessidade urgente de adaptação. Pois ao serem contemplados com a posse efetiva da terra, adquirem respeito por serem proprietários e não mais “simples” empregados. Fazendo uma retrospectiva dos anos iniciais do Projeto, os colonos destacam que passaram a trabalhar para si próprios, deixando de trabalhar para os outros. Acrescido a isso,

passaram a ter crédito na praça, para obter financiamentos e isso os faziam se sentirem importantes. Ao ganharem a posse da terra, tem agora o status de proprietário. ***“No momento de chegada do colono, passavam a ter crédito para comprar alimento e produtos para suprimentos das necessidades da família e da unidade de produção – que é a lógica que permeia a agricultura familiar, a qual a partir da chegada em Serra do Mel, passaram a se incluir efetivamente. Nesse lugar são tratados com respeito e consideração....”*** (2003, p. 32).

Na nova vida que estavam iniciando, se sentiam seguros e confiantes que a moradia e o alimento estavam garantidos e principalmente, que a partir de então, seriam respeitados como indivíduos. Palhano enfatiza: ***“A terra é a liberdade do homem’. Essa é uma expressão fundamental para que entendamos a questão da não sujeição. A terra livre é aquela onde o acesso não é determinado ou mediado pelo proprietário”***. (1995, p. 246).

Serra do Mel era um assentamento, e como todos eles, possuía características próprias, que o tornava singular. Lógico que existia algumas afinidades e divergências, com relação a outros assentamentos, mas Serra do Mel possuía aspectos e elementos particulares que se destacavam. E o fator determinante para essa particularidade, é que: ***“cada assentamento é um agregado heterogêneo de grupos sociais”***. (CARVALHO apud LIMA, 2003, p. 23).

Na lembrança dos colonos sorteados com lotes antes da implantação do Projeto, Serra do Mel era só mato, um grande deserto: ***“Era mato, o maior esquisito do mundo”***. (Plácido dos Santos, Servidor Público e ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília). ***“Chamava de Serra do Carmo e era só mata”***. (Pedro Adelino dos Santos, tratorista e colono da Serra do Mel / Vila Rio Grande do Norte). Sobre o assunto relata Lima: ***“Essa região descrita no Projeto como ‘verdadeiro vazio demográfico’, caracterizava-se – antes da implementação do Projeto – por suas grandes extensões de terras, pouco ou nada habitadas, e de difícil acesso devido aos seus peculiares aspectos naturais”***. (2003, p.13).

O período de implementação do Projeto que corresponde a gestão de Cortez Pereira como governador, no que diz respeito a intervenção governamental e a realidade efetiva dos colonos assentados, denota aspectos peculiares que se aproximam mais do que foi idealizado no planejamento original.

Como o governo Tarcísio Maia, seguinte ao de Cortez, foi bem diferente ao seu antecessor, especialmente no que diz respeito a Serra do Mel. Isso desacelerou o ritmo imprimido ao Projeto, por Cortez, e por isso foi motivo de críticas e de acusações, que culpavam o atual governador pelas dificuldades e descaminhos que os colonos passaram a enfrentar em sua gestão. ***“Quando Dr. Cortez saiu as coisa ficaram mais difícil. O outro governador, que entrou depois dele, tirou o custeio e aí as coisa ficaram mais parada”***. (Manoel Nazareno de Oliveira, colono da Serra do Mel / Vila Pernambuco).

É interessante verificar que, nos relatos, as relações dos colonos com os políticos, não são muito diferentes, hoje, do que era anteriormente, ou seja, eles não querem muita aproximação com políticos que na visão dos colonos estão desacreditados: ***“Quando vim pro Projeto, não tinha relação com político nenhum e nem com governador”. Só depois que virou município. (...) hoje, os político, num faz muito por nós não.*** (Manoel Nazareno de Oliveira, colono da Serra do Mel / Vila Pernambuco). ***“No começo do Projeto, não tinha relação nenhuma com político, nem com governador, pois tinha raiva de político e hoje continuo a não querer aproximação com esse povo que só piora a cidade”***. (José Félix da Silva, comerciante e ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília).

Repetição

Na visão dos colonos, com a implantação do Projeto, em diversos aspectos, muita coisa mudou para melhor. As mudanças mais significativas, na visão dos colonos, identificadas em suas narrativas, dizem respeito a quatro questões: mudanças com relação à educação; à religião; a saúde e, a terra. Sendo este último o mais destacado por todos que foram entrevistados.

A primeira questão é com relação à educação, pois a maioria dos entrevistados relata não existirem escolas onde moravam e o acesso às mesmas, em outras cidades, ser muito difícil. Então, o fato de ter escola na própria vila onde moravam, na visão dos colonos, melhorou muito em termos de educação: ***“Não tinha escola onde morava e se estudava pouco naquela época. Tinha que ir de cavalo. Aqui na Serra mudou demais porque onde morava antes, pra estudar, as coisa era mais difícil. Quando os filho nasceram já tinha onde estudar”***. (Pedro Adelino Pinheiro, colono da Serra do Mel / Vila Rio Grande do Norte). ***“Aqui na Serra é muito melhor porque hoje educação é diferente, é melhor. Quem quer estudar tem escola”***. (José Felix da Silva, comerciante e ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília).

Educação

A religião é a segunda questão a ser destacada, porque quando o sonho de adquirir a propriedade da terra torna-se real, verifica-se o fortalecimento do lado espiritual dos trabalhadores. Eles agradecem a Deus pela conquista da terra. Sendo a religiosidade um dos componentes que os incentiva nesta luta. Palhano destaca: **"As famílias que lutavam por terra mantinham uma intensa relação de Fé, seja nos momentos de aflição, seja nos momentos de bonança, pois na terra sem patrão, podem viver melhor, com os frutos de seus trabalhos. Na verdade, trata-se de uma relação espiritual que os sujeitos desenvolvem articulando as vivências cotidianas com o sobrenatural, cultivando 'forças' para suas intervenções 'difíceis' ou 'fáceis'. Nesses diversos momentos, os sujeitos mantêm essa expressão de Fé, valem-se de Deus. Daí, com freqüência, a expressão de agradecimento por ter passado por determinado momento: 'Graças a Deus'. (1995, p. 245).**

77
Religios

Esse agradecimento é freqüente nos relatos dos colonos: **"Foi bom ter vindo para Serra, pra ter a minha terra". Hoje tenho condição de ajudar e visitar minha família. E agradeço a Deus por ter tido um governante que teve a idéia de um Projeto tão bom". (Manoel Nazareno de Oliveira, colono da Serra do Mel / Vila Pernambuco).**

Os relatos mostram tanto satisfação com a nova realidade, com o novo cotidiano dos assentados, quanto com o divino. Palhano fala que: **"A terra conquistada é lugar de satisfação para o ato de trabalhar". (1995, p. 243).** Esses sujeitos nesta terra onde são proprietários, louvam a Deus em todos os momentos. E manifestam que a vida é bem diversa da que viviam anteriormente: **"Quando morava em São José de Campestre, lá só tinha uma escolinha no sítio, pro começo do estudo (...) quando podia ia pra cidade estudar mais. Nós ia pra cidade de pés. Aqui na Serra do Mel, mudou pra melhor, graças a Deus, porque cada vila tem escola (...) é mais fácil". (Plácido dos Santos, Servidor público e ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília). "Pra nós ir pra igreja, só na cidade de Carnaubais. Onde nós morava, num tinha não. As vez nós pegava carona ou o prefeito mandava buscar no carro da prefeitura ou se não, ia a cavalo pra missa. Era três légua a cavalo. Aqui tudo é pertinho, graças 'a Deus, aqui tem igreja e tem muita festa religiosa. Tem muito evangélico na Serra do Mel". (Pedro Adelino Pinheiro, colono da Serra do Mel / Vila Rio Grande do Norte).**

Elas

1

A saúde é a terceira questão destacada, no sentido que todos os colonos

relataram em suas entrevistas que, de onde vieram, não tinha hospital e que se alguém adoecia, era preciso levar pra cidade mais próxima: **"Em Nova Cruz, se alguém adoecia, tinha que alugar um carro pra ir pra cidade, pois não tinha hospital e nem posto de saúde"**. (Plácido dos Santos, servidor público e ex-colono da Serra do Mel). **"Quando morava em Cerro Corá e ficava doente tinha que ir pra Currais Novos, pois não tinha hospital, nem posto de saúde"**. (José Félix da Silva, comerciante e ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília). **"Na fazenda onde nós morava, não tinha hospital, tinha que ir pra Pedro Avelino quando ficava doente"**. (Manoel Nazareno de Oliveira, colono da Serra do Mel / Vila Pernambuco). **"Na fazenda num tinha hospital, nem posto de saúde, tinha que ir pra Carnaubais pra avisar e o carro levar pra Açú, porque Carnaubais não tinha hospital, nem posto de saúde"**. (Pedro Adelino Pinheiro, colono da Serra do Mel / Vila Rio Grande do Norte).

Santa

A quarta e, mais destacada questão, é a terra devido ao fato que, ao examinar os depoimentos visualizamos que a realização do sonho maior de ter uma terra própria, foi superior a qualquer das dificuldades apresentadas no período de adaptação ao assentamento. Lima nos fala que: **"As reflexões dos entrevistados estão carregadas de símbolos reveladores de seus sonhos com uma terra-mãe, que finalmente lhes permita viver com liberdade, com dignidade com sua família"**. (2005, p. 127).

terre

Mesmo nos dias atuais, com todos os problemas pelos quais ainda passam, os colonos dizem que com relação à terra, as mudanças foram para melhor: **"Quanto a terra melhorou muito. Com o tempo passando e a castanha valorizando, tem muita gente da minha família bem de vida com agricultura. Foi bom ter vindo pro Projeto por conta de que, onde morava não tinha muita gente e aqui tem muita. Valeu a pena ter vindo aqui pra dentro. Foi melhor do que eu pensava"**. (Pedro Adelino Pinheiro, colono da Serra do Mel / Vila Rio Grande do Norte). **"Mudou demais quanto a terra e melhorou 100%. Ficou independente. Tenho certeza que é a renda per capita maior que tem no Estado (...) Foi bom ter vindo pra Serra (...) tô satisfeito. Hoje é a minha cidade que eu escolhi pra viver. Valeu a pena o sonho realizado. Foi o que eu esperava"**. (José Félix da Silva, comerciante e ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília). **"O que mudou quanto a terra foi porque os que tiveram ajuda para agricultura melhorou, mas o quando foi tirado o custeio as coisa ficaram meio parada"**. **Pra mim valeu a pena. Foi**

muito bom ter realizado o sonho e continuar realizando um bocado de sonhos". (Manoel Nazareno de Oliveira, colono da Serra do Mel / Vila Pernambuco). "Hoje em dia, quanto a terra mudou 70% do que era antes. Por conta do inverno é quem cria. O problema é que aqui num tem irrigação. Se tivesse tudo que planta dá. Foi bom ter vindo pra Serra do Mel (...) Valeu a pena. Foi melhor do que eu pensava. Vim pra arrancar toco e hoje pago pros outro arrancar. Tenho hoje quatro casas e um carro. É foi muito bom ter vindo". (Plácido dos Santos, servidor público e ex-colono da Serra do Mel / Vila Brasília).

Ao fazerem uma retrospectiva de suas vidas, os colonos enfatizam que hoje possuem terra própria e que a vida hoje é muito melhor do que antes da chegada. Para Lima: "A nova condição de colono lhes garante, moradia e sustento baseado naquilo que é do colono, ou seja, sua própria terra. As vantagens, por eles destacadas, que refletem aspectos subjetivos, estão ligadas a nova forma que o colono passa a se perceber e a perceber a sua relação com 'os outros'. *Ele, agora como proprietário, passa a se sentir um indivíduo com direitos e deveres e, com relação aos 'outros', passa a ser percebido e, ainda mais importante, respeitado". (2003, p. 30).*

Dessa forma, os "pequenos" problemas surgidos e as primeiras dificuldades foram de certa forma minimizados e os colonos deram mais ênfase a sua nova condição de proprietário de terra. *"as lembranças relativas aos primeiros momentos do Projeto são marcadas pelo signo da dádiva. Era o alcance, através da iniciativa caridosa de um 'bom homem', de sonhos e privilégios, para muitos de obtenção quase impossível". (LIMA, 2003, p.36).* Apesar de não deixarem de relatar os problemas e as limitações da Serra do Mel, para os colonos, o fato de terem conquistado um "lugar ao sol", que é a terra própria, foi a coisa mais importante e por isso foi o que mais marcou sua vida.

Apesar de que tudo que foi prometido, na teoria do Projeto, acabar ficando no papel, tudo que eles conquistaram financeiramente, foi de uma dimensão muito maior do que a maioria deles alcançaria, durante toda a sua existência. Para Lima: "Ao obter a posse objetiva da terra os colonos encontram a tão almejada estabilidade, que produziu reflexos concretos e simbólicos. *Imageticamente (sic!), o colono começa a se sentir 'fincando raízes' a partir do momento em que passa a viver e trabalhar 'no que é seu'. Do ponto de vista concreto, o Projeto garante ao colono moradia, sustento e*

acesso a crédito para despesas familiares e a financiamentos para a produção agrícola". (2003, p.35).

Para os colonos da Serra do Mel, a nova vida teve como significado maior, passar a ser alguém e isso para eles é mais importante do que ter algo. O que a memória dos colonos absorveu foi o que a Serra do Mel representou e não o que ela proporcionou materialmente. Lima enfatiza: **"Reconhecendo que a relação do 'homem do campo' com a terra além de seu aspecto econômico (ou concreto) assume de maneira extremamente intensa aspectos simbólicos, que, como defende Bachelard, relacionam-se com sensações tais como estabilidade, segurança, abrigo e proteção, entendemos que dentre os mais expressivos impactos do Projeto Serra do mel na vida dos colonos assentados os que mais se destacam perfazem o plano simbólico da vida cotidiana". (2003, p. 36).**

A memória dos colonos, ficou marcada por todos essas questões e especialmente pelas mais significativas, e são reveladas, por isso, nas entrevistas concedidas por eles. A posse da terra representa a maior mudança identificada nos relatos. Isso não quer dizer, que para eles, as outras mudanças não tenham importância. Só que a terra está num patamar mais elevado. Araújo destaca: **"Os assentamentos são pois, o resultado de um longo processo, no qual a marca da exclusão dos trabalhadores rurais estivera sempre presente, mas também a busca de seu rompimento e constituição de uma identidade". (2005, p.94).**

Buscamos nas lembranças brotadas nas narrativas dos colonos assentados na Serra do Mel, o que efetivamente mudou, ou seja, o "antes e o "depois" do Projeto, tendo em vista que, como tão bem nos fala Jaques Le Goff: **"...a memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas". (1996, p. 423).**

Assim, ao analisarmos as entrevistas concedidas, conseguimos apreender, como era Serra do Mel antes e depois do Projeto, na visão dos colonos assentados. Para Palhano, **"é no mundo vivido que os sujeitos sociais constroem sua história, dialogam, trocam experiências e reelaboram seus discursos capazes de intervir na realidade social, modificando, democratizando as relações sociais". (1995, p.21).** Ainda segundo o autor: **"muitos processos acontecem durante uma pesquisa, captá-los em sua**

totalidade é impossível, mas procuramos retirar significados possíveis à nossa compreensão". (PALHANO, 1995, P. 28).

CONCLUSÃO

“A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”.

Jaques Le Goff.

Na década de 1970, o governo do Rio Grande do Norte via a colonização planejada, como a solução para os problemas do Brasil, do Nordeste e mais especificamente do Estado. José Cortez Pereira de Araújo, governador do Estado, entendia o setor agrícola como algo que precisava de intervenção estatal como forma de obter sucesso nas metas de desenvolvimento que ele tanto desejava. O Projeto Serra do Mel refletia, então, as políticas agrária nacional e estadual e se configurava como marco inicial da política de reestruturação econômica do setor agrícola do Rio Grande do Norte. Essa Política agrícola tinha como objetivo implantar cinco grandiosos projetos agro-industriais rurais que visavam resolver os problemas econômico-sociais do Estado. Dentre esses projetos, Serra do Mel, foi um dos poucos a ser efetivado. Somado a este fato, as particularidades do Projeto em questão, fez com que o referido se destacasse neste período, não só a nível estadual, como também federal. Então, fica o questionamento: Como foi o "antes" e o "depois" do Projeto?

No levantamento inicial, buscamos dados em estudos sobre o Projeto Serra do Mel, buscando na Biblioteca Zila Mamede, no Núcleo de História e na Biblioteca setorial, os principais trabalhos sobre o tema. A partir do que foi encontrado, partimos para a pesquisa de campo, que não foi uma tarefa fácil, em virtude da distância Natal/ Serra do Mel. Wilson, cunhado do meu marido, nos levou até a Serra, numa viagem que durou cerca de, 11 horas, em virtude das paradas para relaxar. Chegamos ao destino (Serra do Mel) por volta das 19:30 horas, onde fomos recebidos por Valma, minha cunhada e comerciante da cidade,

que colocou, muito gentilmente, sua casa a nossa disposição. No dia seguinte, Wilson veio me buscar para iniciarmos a busca por colonos que se encaixassem no perfil que necessitávamos. A maioria das entrevistas foram casas dos colonos e só uma foi realizada no escritório climatizado de um ex-colono, atualmente comerciante e bem sucedido na comercialização de castanhas. Algumas tentativas foram frustradas, pela desconfiança de alguns colonos, no momento da Cessão de direitos.

Percebemos que a experiência do Projeto de Colonização Rural da Serra do Mel, demonstrou que a conquista jurídica da terra não assegura, sem que eles lutem e se organizem, a conquista de outros direitos que são inerentes para reprodução da vida. Os assentamentos são um ponto de chegada, após uma longa trajetória, mas também um ponto de partida na conquista desses outros direitos.

Na visão dos colonos que foram assentados na Serra do Mel, as mudanças mais significativas foram quanto, à educação, religião, saúde, e principalmente, a terra. Vista pelos trabalhadores rurais, como um bem maior, que lhes permite viver com liberdade e dignidade com sua família.

Mesmo atualmente, ^{geralmente} onde enfrentam diversos problemas, os colonos consideram que quanto à terra, as mudanças foram ^{para} pra melhor. As dificuldades existem, mas com o sonho realizado de se tornarem proprietários, são respeitados e vivem com dignidade.

Nos relatos, eles não descartam os problemas, mas são pequenos, diante de todas as conquistas que obtiveram ao se tornarem colonos da Serra do Mel. Todos os colonos entrevistados não se arrependeram de terem vindo para o Projeto e para eles, o sonho realizado, foi melhor do esperavam.

Ao longo do estudo, percebemos que para eles, o mais importante é a conquista da terra. Pois, apesar de terem enfrentado uma série de dificuldades iniciais, como adaptação a nova vida, falta de água, energia elétrica, estímulos governamentais, corte de custeios, etc.,

Os problemas que foram surgindo, tornam-se insignificantes diante do bem maior que é a posse da terra. A terra tem um grande significado simbólico para os colonos assentados. Ela representa trabalho, e a posse da mesma, traz liberdade e dignidade. Ao conquistar a terra, adquire-se também, uma nova identidade.

Em todas as narrativas dos colonos não percebemos

arrependimentos, ao contrário, o que visualizamos, foi que a vinda para Serra do Mel tornou suas vidas muito melhor, do que era antes, em suas terras de origem. Os colonos do Projeto possuem hoje, muito mais do que antes, não só em termos materiais, mas em diversos outros aspectos de suas vidas. Ganharam também uma confiança, que só a propriedade da terra é capaz de dar a que a possui.

Nosso intuito maior era apreender as mudanças mais significativas ocorridas com as famílias assentadas, e acreditamos ter alcançado êxito no nosso objetivo e que de alguma forma, este trabalho desperte interesses noutras pessoas, contribuindo para novos estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

1. ANDRADE, Manoel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. Recife: Ática, 1987.
2. ARAÚJO, José Cortez Pereira de. **Entrevista concedida a Carlos Lira, Programa Memória Viva**. Rio Grande do Norte, 02 de fev. 1983.
3. ARAÚJO, Severina Garcia de. **Assentamentos rurais e trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política**. Natal: EDUFRN, 2005.
4. BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
5. CÂMARA, Cassiano Arruda. **Escândalo**. Diário de Natal, 28.08.1988.
6. _____ **Ameaça na Serra**. Diário de Natal, 23.09.1988.
7. CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
8. FERRÉIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
9. INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Levantamento cadastral da Serra do Mel**. Natal: EMATER, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 2001.
10. _____ **Serra do mel: coletânea de livros**, vol. I, s.d.
11. LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

12. LIMA, Lillyan Pereira de. **Serra do Mel, um projeto de “vidas”**: o impacto do Projeto de colonização planejada da Serra do Mel no cotidiano das famílias assentadas. (monografia de graduação em História). Natal: UFRN, 2003.

13. MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

14. SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

15. SILVA, Paulo Roberto Palhano da. **Novo momento na luta pela terra**: quando o patrão sai de cena. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.

16. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

Entrevistas:

1. OLIVEIRA, Manoel Nazareno de. **Entrevista concedida a Kelle Maria Pereira Ramos Dantas**. Rio Grande do Norte, 19 de nov. 2005.

2. PINHEIRO, Pedro Adelino. **Entrevista concedida a Kelle Maria Pereira Ramos Dantas**. Rio Grande do Norte, 19 de nov. 2005.

3. SANTOS, Plácido dos. **Entrevista concedida a Kelle Maria Pereira Ramos Dantas**. Rio Grande do Norte, 19 de nov. 2005.

4. SILVA, José Félix da. **Entrevista concedida a Kelle Maria Pereira Ramos Dantas**. Rio Grande do Norte, 19 de nov. 2005.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu MANOEL NAZARENO DE
(nome completo)

OLIVEIRA, BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTOR
(nacionalidade) (estado civil)

_____, residente e domiciliado na VILA PERNAMBUCO
(profissão)

CASADO, declaro ceder a pesquisadora Kelle Maria Pereira Ramos Dantas, sem quaisquer restrições, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, que prestei a referida pesquisadora no município SERRA DO MEL, na seguinte data 19/11/05.

Kelle Maria Pereira Ramos Dantas fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte.

NATAL, 19/11/05
Local, data.

Manoel Nazareno de Oliveira
Entrevistado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu PEDRO ADELINO PINHEIRO

(nome completo)

BRASILEIRO, CASADO, TRATORISTA

(nacionalidade)

(estado civil)

APOSENTADO, residente e domiciliado na VILA RIO GRANDE

(profissão)

DO NORTE, CASA 51, declaro ceder a pesquisadora Kelle

Maria Pereira Ramos Dantas, sem quaisquer restrições, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, que prestei a referida pesquisadora no município SERRA DO MEL, na seguinte data 19/11/05.

Kelle Maria Pereira Ramos Dantas fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte.

NATAL, 19/11/05

Local, data.

Pedro Adelino Pinheiro
Entrevistado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu PLÁCIDO DOS SANTOS

(nome completo)

BRASILEIRA, CASADO, SERV. PUB.

(nacionalidade)

(estado civil)

MUNICIPAL

(profissão)

, residente e domiciliado na VILA BRASÍLIA

06, declaro ceder a pesquisadora Kelle Maria Pereira Ramos Dantas, sem quaisquer restrições, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, que prestei a referida pesquisadora no município SERRA DO MEL, na seguinte data 19/11/05.

Kelle Maria Pereira Ramos Dantas fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte.

Serra do Mel, 19/11/05
Local, data.

Plácido dos Santos
Entrevistado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu JOSÉ FELIX DA SILVA

(nome completo)

BRASILEIRA, CASADO, COMERCIANTE

(nacionalidade)

(estado civil)

VILA BRASÍLIA, residente e domiciliado na

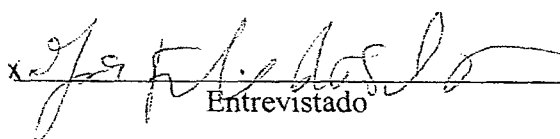
(profissão)

_____, declaro ceder a pesquisadora Kelle Maria Pereira Ramos Dantas, sem quaisquer restrições, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, que prestei a referida pesquisadora no município SERRA DO MEL, na seguinte data 19/11/05

Kelle Maria Pereira Ramos Dantas fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte.

SERRA DO MEL, 19/11/05

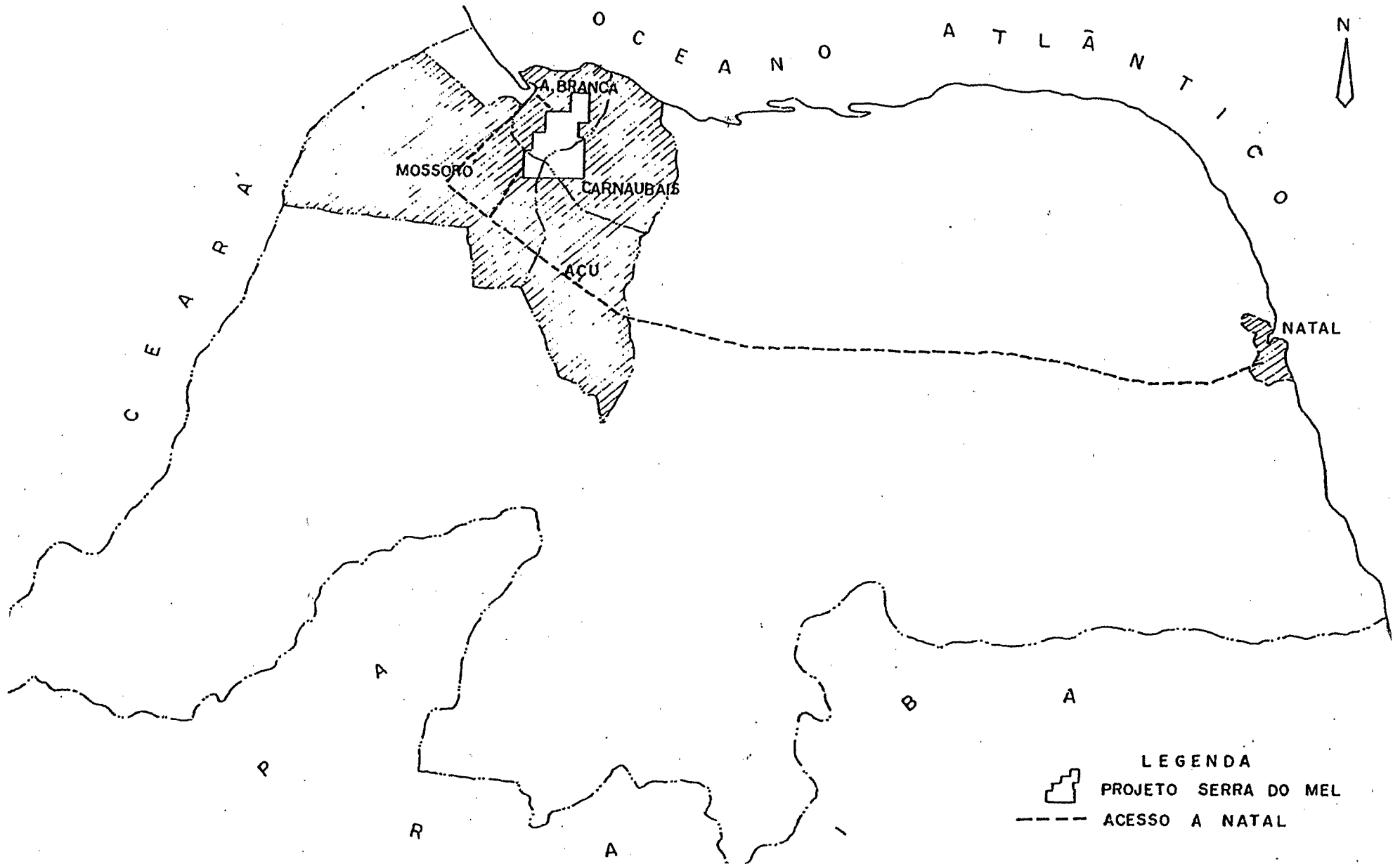
Local, data.



Entrevistado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DATA _____ / _____ / _____

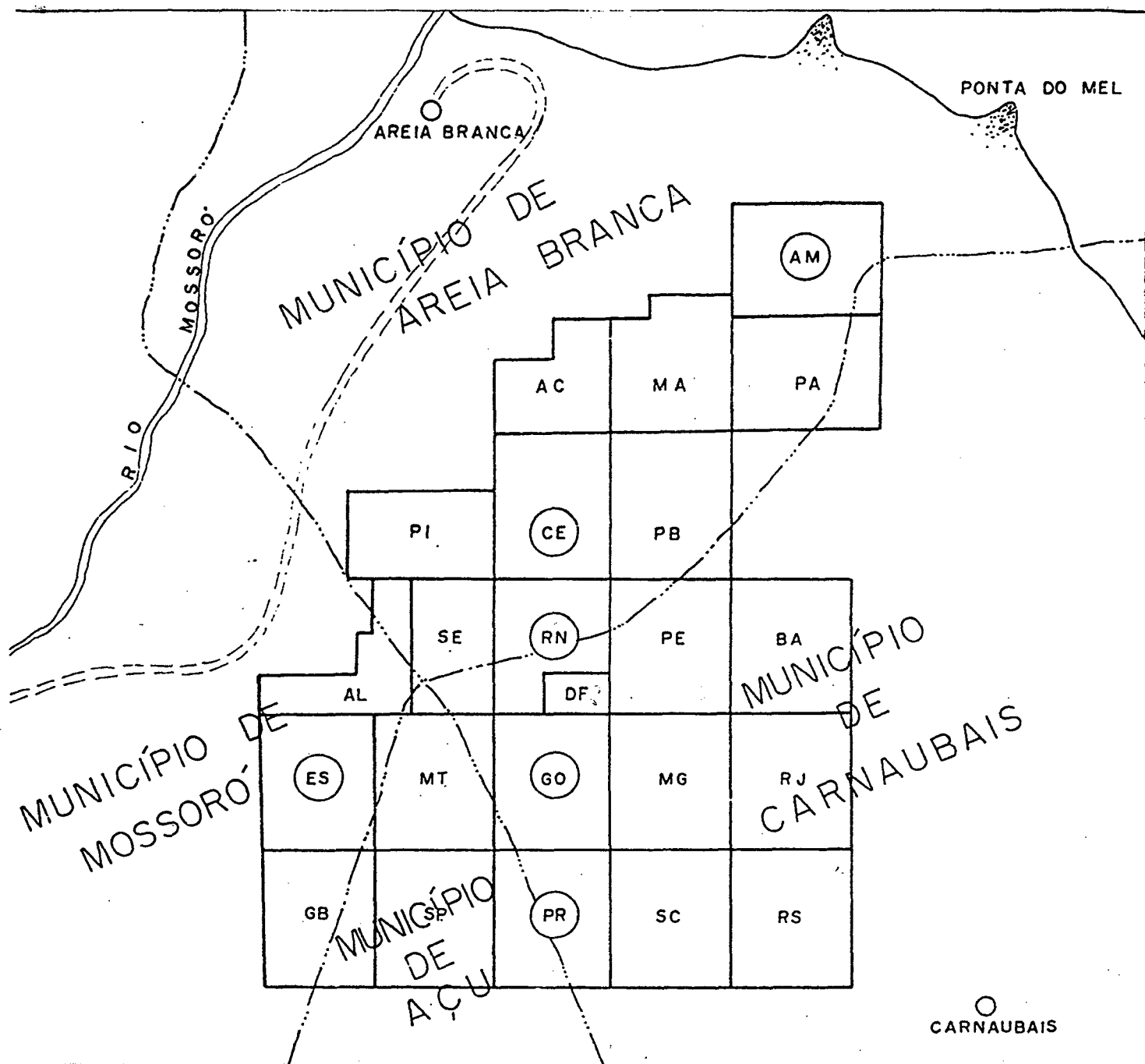
ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1- Qual o seu nome completo? e qual a sua idade?
- 2- Onde o senhor(a) nasceu?
- 3- Qual o seu grau de instrução? (estudou até que série?)
- 4- Qual a sua profissão?
- 5- Como o senhor(a) veio para a Serra do Mel? E que ano chegou?
- 6- Como era Serra do Mel antes do Projeto? E como era quando você chegou?
- 7- Antes de vir para Serra do Mel, onde vocês moravam tinha escola? Como faziam para estudar?
- 8- Tinha igreja onde o senhor(a) morava? Como faziam para ir à missa?
- 9- Que festas vocês iam antes de vir para Serra do Mel? Eram religiosas ou forró?
- 10- Onde vocês moravam, antes de vir para Serra do Mel, o que faziam quando adoeciam?
- 11- Vocês tinham casa? E terra?
- 12- Como foi fornecida a terra a vocês, quando chegaram ao Projeto?
- 13- Vocês tinham alguma relação com algum político? Ou com o governador?
- 14- O que mudou com relação à educação?
- 15- E com relação a festas?
- 16- No que diz respeito a terras, o que mudou?
- 17- E quanto aos políticos houve mudanças?
- 18- E hoje, o senhor (a) acha que foi bom ter vindo para o Projeto? Valeu a pena? O sonho realizado foi bom?



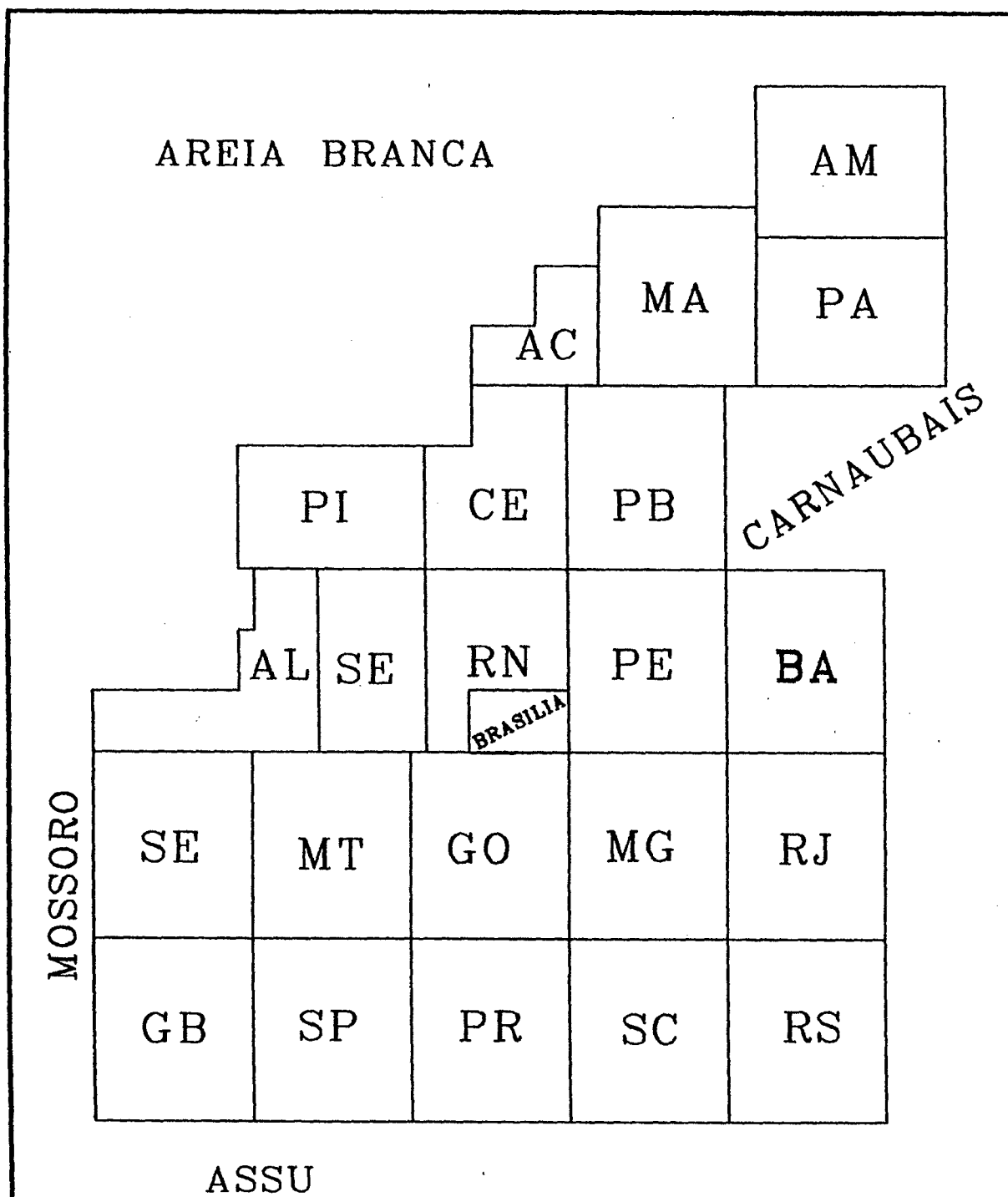
LEGENDA
 PROJETO SERRA DO MEL
 - - - - - ACESSO A NATAL


FONTE: LIMA, Lillyan Pereira de. Serra do Mel, um Projeto de "vidas": O impacto
 o Projeto de ... ização Planej. da da Serra do Mel no cotidiano de ...



FONTE: LIMA, Lillyan Pereira de. Serra do Mel, um Projeto de "vidas": O impacto do Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel no cotidiano das famílias assentadas. Tese (monografia do curso de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003.

FONTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Levantamento cadastral da Serra do Mel. Natal: EMATER, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, [2001].



	EMATER-RN Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte VINCULADA A SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
	ASSUNTO CROQUI DO MUNICIPIO DE SERRA DO MEL	AREA(ha) 61.246.4443 PERIMETRO(m) 133.247.060
DATA 26/08/2001	MUNICIPIO / UF SERRA DO MEL	ESCALA 1/15000
TOMO I	RESP. TECNICO	CONFERE DESENHO

3.0 – Fotografia.

4.0 – Planta baixa da área.

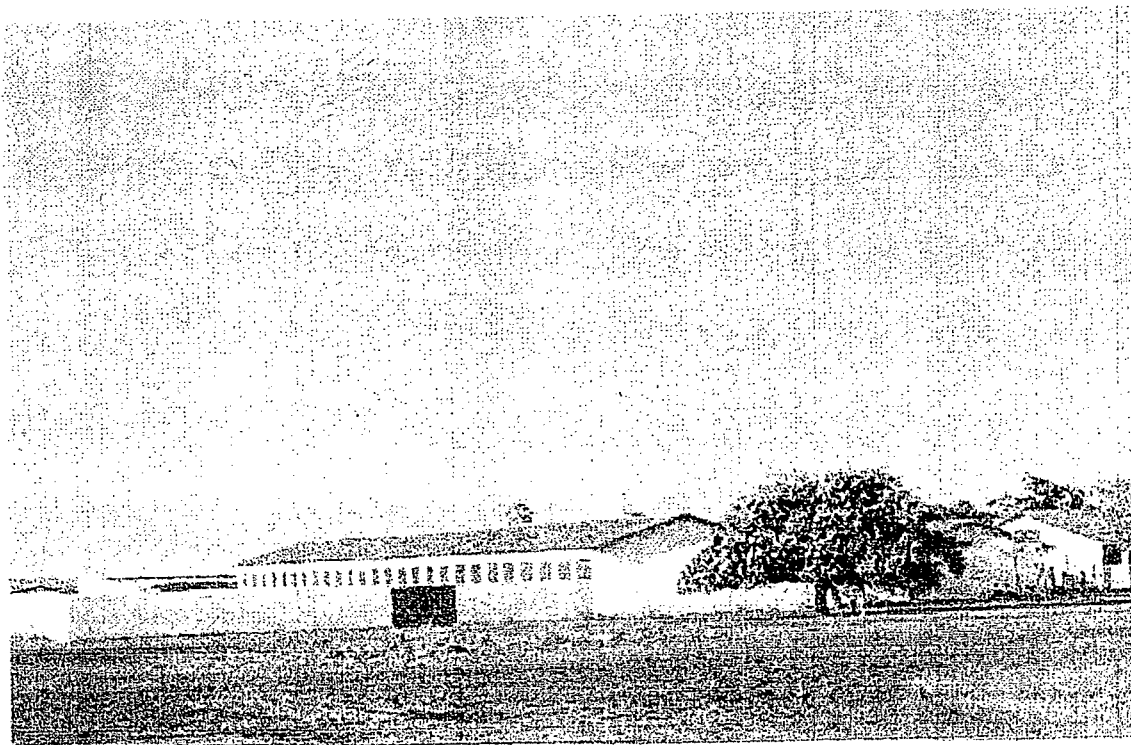


Vista fronto-lateral direita da residência da Vila DF

FONTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Levantamento cadastral da Serra do Mel. Natal: EMATER, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, [2001].

3.0 – Fotografia.

4.0 – Planta baixa da área.

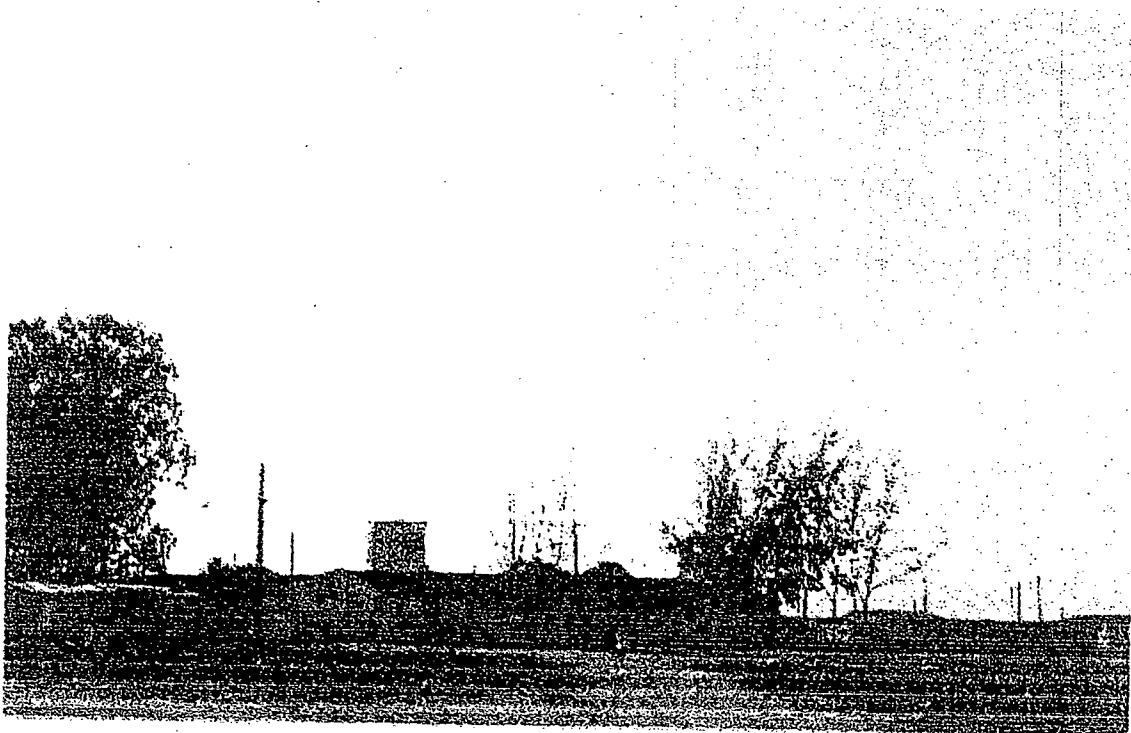


Vista fronto-lateral esquerda do colégio da vila DF

FONTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Levantamento cadastral da Serra do Mel. Natal: EMATER, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, [2001].

3.0 – Fotografia.

4.0 – Planta baixa da área.



Vista parcial do hospital da vila DF

FONTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Levantamento cadastral da Serra do Mel. Natal: EMATER, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, [2001].